

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA

DANIEL FERREIRA BECKMAN

ENIGMAS DE KRIPKE E RELATOS DE CRENÇA

SÃO LUÍS

2022

DANIEL FERREIRA BECKMAN

ENIGMAS DE KRIPKE E RELATOS DE CRENÇA

Trabalho apresentado à Universidade Federal do
Maranhão como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira

SÃO LUÍS

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Ferreira Beckman, Daniel.

Enigmas de Kripke e relatos de crença / Daniel Ferreira Beckman. - 2022.

49 p.

Orientador(a): Marcio Kléos Freire Pereira.

Monografia (Graduação) - Curso de Filosofia,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Atitudes proposicionais. 2. Enigma de Frege. 3. Enigmas de Kripke. 4. Matrizes Anotadas Russellianas. 5. Referência. I. Kléos Freire Pereira, Marcio. II. Título.

DANIEL FERREIRA BECKMAN

ENIGMAS DE KRIPKE E RELATOS DE CRENÇA

Trabalho apresentado à Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira

Aprovado em: 19 de dezembro de 2022

Banca examinadora:

Prof. Dr. Marcio Kléos Freire Pereira
(Orientador – Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

Prof. Dr. Ederson Safrá Melo
(Examinador – Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

Prof. Dr. Delvair Custódio Moreira
(Examinador – Universidade Federal do Maranhão - UFMA)

SÃO LUÍS

2022

“São questões profundíssimas, sr. Dedalus”.
Um retrato do artista quando jovem, de James Joyce.

RESUMO

Em *Sobre o Sentido e a Referência* (1892, [2009]), Frege analisa os relatos de atitudes proposicionais através de uma entidade que ele chamou de “*Sinn*” (“sentido”). Sua análise e tentativa de solução têm sido usadas como contra-argumentos às teorias da referência direta aplicadas aos relatos de atitude. Este trabalho apresenta algumas implicações que os enigmas propostos por Saul Kripke (1979) têm sobre a solução fregeana e, de modo mais geral, sobre o problema dos relatos de atitude em si mesmo. A pesquisa é baseada em referenciais teóricos relevantes sobre o tema, tais como livros e artigos filosóficos. Verificou-se que embora a intuição fregeana que fundamenta a postulação de sentidos seja defensável, tais sentidos não podem mais ser caracterizados como descrições definidas, de modo que os pesquisadores teoricamente próximos a Frege precisam fornecer outra maneira caracterizá-los; uma vez que os teóricos da referência direta sustentam que nomes referem diretamente, sem a intermediação de sentidos, eles precisam explicar como um sujeito pode ter atitudes epistêmicas distintas em relação a uma proposição singular; para resolver os problemas levantados pelos enigmas de Kripke e de Frege, Richard (1990) utilizou-se de um sentencialismo psicológico, um semântico e de uma interpretação indexical do verbo “acreditar”, de forma que sua estratégia é reivindicar que cláusulas-q não denotam o conteúdo da crença do sujeito, mas represente-o sob algum contexto *c*.

Palavras-chave: Atitudes proposicionais. Enigma de Frege. Enigmas de Kripke. Matrizes Anotadas Russellianas. Referência.

ABSTRACT

In *Sobre o Sentido e a Referência* (1892, [2009]), Frege analyzes the propositional attitudes reports using an entity he called “*Sinn*” (“sense”) and his analysis and attempted solution have been used against the direct theory of reference applied to propositional attitudes reports. The present work presents some implications that the puzzles proposed by Saul Kripke (1979) presents to the fregean solution and in general ways, to the propositional attitudes reports itself. The present research is based on relevant bibliography as books and philosophical papers that expose the subject. It was demonstrated that although the fregean intuition under which Frege grounds his entities are defensible, these entities cannot be characterized as definite descriptions, so the fregeans must characterize those things in another way; since the direct reference theorists aim that proper names are not mediated by fregeans senses, but refer directly, theses theorists must explain how one person is able to have distinct epistemic attitudes toward singular propositions; in order to solve the problems raised by the Frege and Kripke’s puzzles, Richard (1990) proposed two sorts of sententialism: a psychological and a semantical one, and an indexical interpretation of “believe”, in such a way that his strategy is defend that the t-clauses do not refer to the content believed by the believer but represent such content under some context *c*.

Keywords: Propositional Attitudes. Frege’s Puzzle. Kripke’s Puzzles. Russellian Annotated Matrices. Reference.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. EXPLICAÇÕES GERAIS SOBRE O PROBLEMA DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS.....	13
3. OS ENIGMAS DE PIERRE E PADEREWSKI	19
3.1 Frege e o Princípio de Descitação	20
3.2 Enigma de Pierre.....	23
3.3 Quatro possíveis soluções?	28
3.4 Problema no Princípio de Tradução?	31
3.5 Enigma de Paderewski	33
4. UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA OS ENIGMAS DE KRIPKE.....	35
4.1 Mark Richard e as Matrizes Anotadas Russellianas	39
4.2 A solução de Richard para os enigmas de Pierre e Paderewski	44
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Atitudes proposicionais são normalmente caracterizadas como relações binárias que envolvem um sujeito epistêmico e uma proposição, onde a proposição é o conteúdo da sua atitude. Algumas dessas atitudes são acreditar, deduzir, duvidar, saber etc. É importante pontuar que a atitude proposicional é o acontecimento no mundo: o fato do sujeito ter aquela atitude proposicional. Uma outra discussão é como descrever corretamente esse acontecimento, ou seja, como construir um relato da atitude proposicional verdadeiro. Por exemplo, um sujeito que tem uma crença tem uma atitude psicológica em relação a, normalmente se argumenta, uma proposição, mas como relatar corretamente sua crença? Quais princípios, regras e conceitos devem estar envolvidos para demonstrar que o relato “o sujeito x acredita que P” representa corretamente o acontecimento: sujeito x tem a crença de que P?

É a partir do artigo *Über Sinn und Bedeutung*, publicado por Frege em 1892, que a atenção dos filósofos da linguagem voltou-se para o problema dos relatos de atitudes proposicionais. Através desse artigo, o filósofo mostrou como as sentenças no escopo de verbos de atitude tinham um comportamento semântico diferente de quando estavam fora dele. Por exemplo, o valor de verdade de sentenças no escopo de verbos de atitude é irrelevante para calcular a verdade do relato daquela atitude. Ao constatar isso, Frege, no mesmo artigo, formulou sua famosa solução envolvendo sentidos associados às expressões — ou seja, o reconhecimento de uma distinção entre o sentido da expressão e aquilo a que ela se refere. Desde então, muitos filósofos da linguagem têm se dedicado ao problema.

Em contraponto à estratégia fregeana, temos toda uma tradição de pesquisa que rejeita a necessidade dessa mediação semântica entre as expressões e suas denotações. Por exemplo. O objetivo central de *Naming and Necessity* (KRIPKE, 1980) é este: argumentar que uma teoria da referência direta, mais ou menos como Stuart Mill pensou, pode ser perfeitamente defendida. As implicações filosóficas que Kripke apresenta em seu livro com certeza abriram caminhos em direção a uma defesa interessante de teorias da referência direta, embora ele não tenha sido o primeiro a fazer isso.

No fim das contas, as discussões em *Naming and Necessity* giram em torno de qual relação, se alguma, descrições definidas ou sentidos fregeanos devem ter com os nomes próprios. De um lado, as teorias da referência direta defendem que nomes não possuem descrições definidas associadas a si, sendo sua função esgotada em referir-se ao seu portador;

do outro, temos os “descritivistas”, cuja defesa diz que nomes, de um modo ou de outro, possuem descrições definidas associadas a si, de forma que os nomes só podem cumprir seu papel referencial por intermédio delas.

Muitos argumentos e contraexemplos podem ser apresentados às teorias “descritivistas”, principalmente à relação semântica entre descrições definidas e nomes próprios. Por exemplo, uma vez que esses teóricos defendam que sentidos ou descrições definidas são a contribuição semântica de um nome próprio, basta apresentar o argumento modal: se descrições definidas (não essenciais sobre o objeto) apresentam a contribuição semântica de qualquer nome, então os nomes não são rígidos (ou seja, não nomeiam de maneira única e fixa o mesmo nomeado). Porém, sempre que usamos qualquer nome próprio em situações contrafactuais, os usamos rigidamente. Logo, descrições definidas não podem ser a contribuição semântica de nenhum nome.

A noção de rigidez, subjacente ao argumento, quando aplicada a nomes, implica que eles se referem ao seu portador em todos os mundos possíveis nos quais ele exista. Essa noção pressupõe, então, a noção de mundos possíveis. É claro que quem não a aceita tem dúvidas quanto a sua defesa. Embora isso seja assim, noções modais estão tão enraizadas no discurso da linguagem natural quanto a noção de verdade. Os falantes da linguagem natural normalmente não diriam que determinados usos de “possível”, “necessário”, “contingente”, “impossível”, “não poderia ser de outro modo”, “não poderia não ser assim” etc. são usos de expressões para noções metafísicas, mas o usos que eles fazem é, pelo menos para nomes próprios e demonstrativos, justamente o uso *de re* desses termos: *este* objeto poderia não estar aqui, *este* objeto poderia não ter a propriedade que tem.¹ A plausibilidade do discurso de mundos possíveis se funda na compreensão humana de que as coisas estão como estão, *mas* poderiam ser diferentes. Por exemplo, embora Kripke tenha nascido, ele *poderia* não ter nascido. O ponto é que uma vez que noções modais fazem parte do nosso discurso cotidiano sobre como as coisas poderiam ou não ter ocorrido, parece plausível usá-las como base para a construção de alguma teoria filosófica.

A rigidez pressuposta no argumento modal se explica pela mesma plausibilidade. Tal noção é compreendida pelo uso corrente dos nomes quando pensamos sobre como as coisas poderiam ou não ter acontecido. No primeiro dos exemplos acima, usou-se o nome “Kripke”

¹ Pode-se, sim, perguntar qual noção de acessibilidade entre mundos seria a mais apropriada ou a verdadeira. Mas isto não deve comprometer a noção de modalidade metafísica, pelo menos na sua interpretação *de re*, da mesma forma que a existência de um debate sobre qual a noção de verdade mais adequada não compromete o uso da expressão “verdade”. Uma outra questão é: por mais que a noção de modalidade metafísica, modalidade *de re*, esteja presente na linguagem natural, ela deve ser incorporada em uma teoria semântica?

para descrever uma situação na qual *ele*, Kripke, e não outra pessoa muito parecida com ele, não teria nascido. E isso parece se repetir em todas as situações nas quais usamos o nome desse humano: sempre fazemos referência ao mesmo homem, nunca a outro. Assim, uma situação na qual pensamos a possibilidade de Kripke não ter escrito *Naming and Necessity* ou nunca ter seguido a carreira de filósofo, é uma situação hipotética na qual aquele homem está presente.

Filósofos não simpatizantes da teoria da referência direta também tentaram explicar a noção de modalidade metafísica. Segundo Kripke, alguns (como David Lewis) compreendiam que o referente no mundo atual não poderia ser referido em situações contrafactuais, mas, sim, que o referente de seu nome naquela situação seria uma contraparte do referente atual. Sua contraparte seria muito parecida com o referente atual, mas não o mesmo indivíduo.

No entanto, o que se perde talvez seja maior do que o ganho dentro da explicação de Lewis. Por exemplo, se Platão pensasse em terceira pessoa: “se Platão tivesse obrigado Sócrates a fugir, Platão estaria feliz agora”, Platão estaria se referindo a outra pessoa que não a ele mesmo, assim, ele não poderia indignar-se consigo, mas com outra entidade, pois indignar-se consigo pressupõe a autoidentidade, algo que não existe nessa situação. Platão deveria dizer o seguinte para seus amigos: “estou triste porque minha contraparte não fez...” e não “estou triste por eu não ter feito...”.

Basta um teste que Kripke caracterizou como “intuitivo” para mostrar que falamos do mesmo objeto em todas as situações contrafactuais (ou possíveis) pelo uso do seu nome: embora consigamos imaginar uma situação na qual um objeto não é aquele assim descrito, não conseguimos dizer que é verdadeira a sentença da forma “poderia ser o caso que: *a* não é *a*” (onde “*a*” marca o lugar de qualquer objeto). O teste mostra que os nomes próprios têm uma função semântica bem distinta das descrições definidas. Essa impossibilidade é a mesma que motiva não admitirmos como plausível a explicação de Lewis: estamos nos referindo ao mesmo objeto em todas as situações contrafactuais quando usamos o seu nome.

Mas um problema coloca-se no caminho: o Enigma de Frege. Este parece mesmo excluir a esperança que algum filósofo teria em argumentar a favor das teorias da referência direta. É possível ser um teórico da referência direta para relatos de atitude proposicional sem ser vítima do Enigma de Frege? A solução proposta por Frege para seu próprio enigma é realmente uma solução? O Enigma de Frege deve ser usado como argumento contra os teóricos da referência direta? O objetivo principal deste trabalho é refletir sobre a possibilidade relatar crenças sem implicar uma contradição por parte dos sujeitos. Para chegar em uma resposta, o presente trabalho apresenta algumas implicações filosóficas que os

Enigmas de Kripke, descritos em seu artigo *A puzzle about belief* (KRIPKE, 1979), trazem ao Enigma de Frege e aos relatos de atitude.

2. EXPLICAÇÕES GERAIS SOBRE O PROBLEMA DAS ATITUDES PROPOSICIONAIS

Em *Sobre o Sentido e a Referência*, Frege começa se perguntando em que consiste a relação de igualdade, se uma relação entre objetos ou entre sinais de objetos, e apresenta o seguinte argumento (FREGE, 2009, pp. 129-158):

- (1) $a = a$;
- (2) $a = b$.

Supondo que (1) e (2) sejam ambas verdadeiras, e caso expressem o mesmo pensamento (*Gedanke*), então, se uma é analítica², a outra também deve ser. Mas isto não pode acontecer, (2) é sintética mesmo que (1) seja analítica. Deve-se negar que o pensamento é o mesmo. Se o que (1) e (2) expressam é simplesmente a relação que um objeto tem consigo, então não haveria qualquer diferença no pensamento, uma vez que saber (1) seria saber (2). Isto não pode acontecer, pois (2) perderia seu valor informativo, deixando de ser sintética. Deve-se negar que ambas expressam uma relação entre objetos. Um outro modo de apresentar o mesmo argumento é o seguinte (AHMED, 2007, p. 9):

- i. “Eric Blair” significa o mesmo que “George Orwell” (suposição)
- ii. Se dois nomes significam o mesmo, então você pode substituir um pelo outro na sentença sem mudar o significado da sentença (premissa)
- iii. Se duas sentenças significam o mesmo, então elas transmitem a mesma informação (premissa)
- iv. “Eric Blair é Eric Blair” significa o mesmo que “Eric Blair é George Orwell”

² Tomo aqui a concepção de Frege, uma vez que o argumento em análise é seu, para explicar a noção de analiticidade. Para Frege (1974, §§ 3 e 4, pp. 206-207), as distinções entre analítico, sintético, *a priori* e *a posteriori* aplicam-se não ao conteúdo asserido, mas aos seus modos de justificação. Caso a asserção possa ser justificada apenas por leis lógicas e definições que o demonstrem como equivalente a uma verdade lógica, a verdade é analítica; caso seja necessário algum procedimento empírico, então a verdade é sintética. No caso acima, é possível justificar a verdade da sentença “ $a=a$ ” argumentando que ela é uma instância do princípio de identidade, então ela é analítica; mas por mais que “ $a=b$ ” possa ser verdade e, portanto, ser uma instância do princípio de identidade, ela só pode ser justificada por uma experiência empírica. É importante notar que Frege estava considerando, quando argumentou sobre os modos de justificação, enunciados da matemática, de modo que nenhum apelo à experiência parece ser exigido para as ditas verdades analíticas. No entanto, cabe perguntar, e essa, pelo menos me parece, é uma outra discussão, se essa distinção tem algum sentido dentro da linguagem natural, pois o pretenso enunciado de identidade mais básico como “Platão é Platão” pode algumas vezes não ser um enunciado de identidade, de forma que não podemos justificar sua verdade a menos que saibamos algum dado empírico como “a segunda ocorrência de ‘Platão’ nomeia o mesmo objeto que a primeira”, “os dois nomes se referem ao mesmo objeto” ou (se alguém quiser argumentar que só é possível nomear coisas tão reais quanto humanos, cadeiras etc) “as duas ocorrências de ‘Platão’ nomeiam um e o mesmo objeto que é tão real quanto humanos, cadeiras etc”.

(de i, ii)

- v. “Eric Blair é George Orwell” transmite a mesma informação que “Eric Blair é Eric Blair” (de iii, iv)

Como podemos notar pelo argumento de Frege, (v) é que deve ser falsa. No entanto, ela se segue das premissas (i), (ii) e (iii). Uma vez que (ii) e (iii) são premissas que não gostaríamos de negar, devemos rejeitar (i) como verdadeira. O argumento reafirma a posição de Frege, pois parece exigir que “Eric Blair” e “George Orwell” não signifiquem o mesmo. É o caso de não reivindicar que ambos os nomes devam ter como contribuição semântica apenas sua referência, mas um modo de concebê-la.

Agora, é possível tentar argumentar que a diferença no pensamento se funda nos sinais, dizendo que o pensamento expressado por (2) é algo como “‘a’ e ‘b’ se referem ao mesmo objeto” e (1), “‘a’ e ‘a’ se referem ao mesmo objeto”. Dessa forma, (2) continuaria sintética e (1) analítica.

Contra essa tentativa é possível se opor de duas formas independentes, mas complementares. Primeiro, podemos usar o próprio argumento modal de Kripke. O argumento defende que a relação de identidade é uma relação necessária para qualquer coisa que existe; portanto, queremos, tanto em (1) quanto em (2), apresentar um conteúdo necessário através dessas sentenças; porém, se a solução fornecida está correta, então as sentenças asserem uma verdade contingente: que duas expressões se referem ao mesmo objeto. Disso devemos concluir que a solução está errada.

Segundo, é possível usar o argumento que Frege apresenta no início de seu *Sobre o Sentido e a Referência* — um argumento bastante semelhante ao de Kripke, mas que não usa modalidade metafísica. É o seguinte. Se a solução estivesse correta, (1) e (2) expressariam um conteúdo arbitrário, que só se manteria verdadeira enquanto “a” e “b” designassem a mesma coisa. A relação asserida seria a casual relação entre os sinais “a” e “b” que poderia se desfazer a qualquer momento. Uma vez que a relação de identidade não é arbitrária nesse sentido, é necessário negar que o pensamento expresso pelas sentenças tenha seu fundamento na diferença entre os sinais.

Como os objetos e os sinais não conseguiram, segundo os argumentos acima, explicar a diferença de conteúdo de sentenças gramaticais com termos correferentes, a conclusão a que Frege chega é a de que a linguagem humana possui um terceiro âmbito além do dos sinais e das coisas referidas pelos sinais, o do sentido (*Sinn*) (FREGE, 2009, pp. 131):

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de

palavras, letras), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência (*Bedeutung*), ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido (*Sinn*) do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto.

Para cada construção gramatical, pelo menos um *Sinn*, cujo tipo varia de acordo com cada categoria gramatical, é associado. Por exemplo, os tipos de sentido associados a adjetivos são diferentes daqueles associados aos nomes próprios ordinários, pois são categorias de palavras que buscam representar coisas distintas. A título de exemplo, à expressão “cadeira” é possível associar o sentido *coisa com quatro pernas usada para sentar* etc., enquanto para um nome próprio ordinário, como “João”, poderia ser o *homem que está perto da saída* etc. Nesse último caso, associa-se à expressão aquilo que posteriormente ficou conhecido como “descrição definida”.

Os sentidos, por mais que sejam objetivos, dependem dos humanos para que sejam associados às palavras. O que *x* entende quando entra em contato com uma palavra *p* depende do que *x* associa a *p*. Se *x* associa o sentido *senhoras* à palavra “damas”, então *x* analisará a sentença “damas são jogos de tabuleiro” como significando: *senhoras são jogos de tabuleiro*. As condições de verdade da sentença variam de acordo com o que o falante associa a cada expressão. Isto é, o conteúdo semântico varia de falante para falante, dentro daquilo que podemos chamar de “idioleto”.³

É importante não fazer uma associação falsa entre o âmbito dos sentidos e o das representações ou ideias (*Vorstellung*). Frege constantemente se opõe à visão de que as ideias ou representações sejam tomadas como o conteúdo das sentenças, visto que tal perspectiva

³ O idioleto corresponde às variações lexicais, fonológicas, semânticas para um falante *x* ou grupo de falantes. Nesse caso, o significado, o uso, as maneiras de falar ou escrever são intrínsecos ao modo como o falante usa tais expressões. Na perspectiva de Frege, o significado de um nome próprio é o que o falante *x* associa ao nome. O falante *x* usará duas ocorrências de nomes gramaticalmente distintos ou gramaticalmente idênticos para os mesmos propósitos e nos mesmos contextos se, e somente se, *x* associar o mesmo conjunto de sentidos a ambos os nomes. Quando o falante *x* fizer uma asserção usando o nome “Platão”, o conteúdo expresso pela asserção conterá o sentido ou conjunto de sentidos associado a “Platão” como constituinte do conteúdo da asserção. De forma mais precisa, reivindicasse que o sentido de “Platão” se concatenará com o sentido do predicado (considerando o caso simples de uma sentença sujeito-predicado) para construir o conteúdo completo da asserção: uma concatenação de sentidos — ou, usualmente, uma proposição. Portanto, o conteúdo (a proposição) de uma sentença declarativa proferida por *x* será determinado pelo conjunto de sentidos que ele associa às palavras contidas na sentença. Para não ir muito longe nas relações possíveis entre uso, léxico e conteúdo semântico, durante a monografia eu me concentro em uma forma bastante simples de apresentar os idioletos: o conteúdo expresso pela sentença deve ser determinado pelo que o falante que a proferiu associa àquelas palavras. E isso é usado para explicar porque o falante usa o nome *N* para falar do objeto *O*, mas não usa o nome *N'* para falar do objeto *O*: ele associa sentidos distintos aos dois nomes. Existe uma discussão sobre se a linguagem natural deve ser entendida sob a perspectiva idioletal ou não-idioletal. Embora essa discussão possa ser feita a partir de algumas considerações apresentadas pela monografia (uma vez que ela reflete sobre se os conteúdos associados aos termos determinam ou não o conteúdo expresso pelas sentenças), ela está além do que é pretendido neste trabalho, pois a discussão requereria explicar alguns desenvolvimentos de teorias histórico causais da referência, principalmente concentrando-se em aspectos de empréstimo da referência, introdução do termo na linguagem e como explicar o significado dos nomes em termos de cadeias causais.

não defenderia a objetividade da nossa linguagem e da lógica. Uma representação é um evento mental, um evento privado e momentâneo que engloba todas as associações consequentes de qualquer fenômeno experienciado por alguém. Porque a experiência sensível é relativa aos sujeitos e todos os sujeitos são distintos entre si, é impossível compartilhá-las. Nas palavras de Frege (2009, p. 135):

Quando dois homens imaginam a mesma coisa, ainda assim cada um tem sua própria ideia [representação]. De fato, às vezes é possível estabelecer diferenças entre ideias, ou até mesmo entre as sensações, de diferentes homens. Mas uma comparação exata não é possível, porque não podemos reunir essas ideias numa mesma consciência.

O sentido, ao contrário, está constantemente sendo compartilhado pela linguagem e fornecendo novas informações. Embora Frege não tenha dado grandes explicações sobre o que é essa entidade *Sinn*, ele usa descrições definidas quando quer falar dos possíveis sentidos associados aos nomes ordinários (FREGE, 2009, p. 132):

No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira.

O que cada uma das sentenças (1) e (2) expressam é uma combinação dos sentidos associados aos termos que compõem as sentenças. Considerando os três âmbitos fregeanos: sinal, sentido e referência, o argumento é:

- i. A sentença “ $a = a$ ” expressa um pensamento.
- ii. O sinal “ b ” é correferente com o sinal “ a ”.
- iii. O pensamento é ou o sentido da sentença ou a referência da sentença.
- iv. Se “ b ” e “ a ” têm a mesma referência, então a substituição de “ a ” por “ b ” em “ $a = a$ ” mantém a referência.
- v. O pensamento expresso pelo sinal “ $a = a$ ” é sua referência (suposição).
- vi. Substituir “ a ” por “ b ” em “ $a = a$ ” mantém a referência (de ii, iv).
- vii. “ $a = b$ ” expressa o mesmo pensamento que “ $a = a$ ” (de v, vi)
- viii. Acreditar em p é acreditar no *pensamento de que p*.
- ix. Quem acredita que $a = a$ acredita que $a = b$ (de vii, viii).

Dada a suposição, podemos concluir algo que gostaríamos que fosse falso: (ix); gostaríamos que fosse falso porque é possível que alguém acredite que $a = a$, justamente por (dadas as restrições contextuais de as duas ocorrências “a” estarem se referindo ao mesmo objeto) esta ser analítica, e não acreditar que $a = b$.

- x. O pensamento expresso pela sentença “ $a = a$ ” não é sua referência.
- xi. O pensamento expresso pela sentença “ $a = a$ ” é seu sentido (de x, iii).

Em outras palavras, a entidade que conta como conteúdo proposicional veiculada pelo uso da sentença é seu sentido. Para não usar a palavra “sentido” de forma ambígua, sempre que eu estiver falando do tipo de sentido expresso pelas sentenças declarativas vou usar a expressão “proposição”.⁴

Ao expandir as consequências das relações entre sinal, sentido e referência, no mesmo artigo, Frege começa sua explicação do que ele chamou de “discurso indireto”. Estão dentro dessa categoria verbos como “dizer”, “acreditar”, “desejar” etc., que são os atualmente ditos verbos de atitude proposicional (AP). Esses verbos subordinam outras sentenças. Por exemplo, em “Sancho acredita que Dom Quixote está apaixonado por Dulcineia”, a sentença “Dom Quixote está apaixonado por Dulcineia” está dentro do escopo de “acredita”.⁵

A questão feita desde os trabalhos de Frege até hoje é como devemos interpretar o funcionamento semântico dos verbos de atitudes proposicionais: a sentença subordinada refere-se a quê? Segundo Frege, ela deve se referir ao que normalmente seria a concatenação de sentidos expressa por ela. Portanto, o relato correto deve apresentar a concatenação de sentidos da frase que corresponde a concatenação de sentidos do idioleto do agente da crença. Em outras palavras, somente usando os mesmos sentidos pertencentes ao idioleto do sujeito é que o relato poderá estar correto. Quando Sancho acredita que Dom Quixote está apaixonado por Dulcineia, ele acredita na concatenação dos sentidos que ele associa a “Dom Quixote”, “está”, “apaixonado”, “por” e “Dulcineia”. O operador “que” é usado como recurso para fazer referência à concatenação expressa pela sentença, não necessitando falar sempre “o sentido de...”. No lugar de “o sentido de ‘Dom Quixote...’”, usa-se apenas “que Dom Quixote...”. A verdade desta não interessa para a correção do relato da crença de Sancho, uma vez que o importante é o fato de ele acreditar ou não no que é relatado. Ou seja, perguntamos se o relato “Sancho acredita que Dom Quixote está apaixonado por Dulcineia” é verdadeiro ou falso e não se a sentença dentro do escopo do verbo de atitude é verdadeira ou falsa.

⁴ Frege usava “pensamento” (*Gedanke*) em vez de “proposição”.

⁵ Convencionou-se na literatura sobre o assunto denominar sentenças nessa situação de “sentenças-que” ou “cláusulas-que” (abreviadamente, “sentenças-q” ou “cláusulas-q”) por ser usual prefixá-las com a partícula “que”.

Agora, gostaria de explicitar as teses por trás da solução fregeana. Penso que elas podem ser apresentadas nas seguintes formas — uso “CF” para Conteúdo Fregeano e “RF” para Relato Fregeano:

- **CF:** Uma concatenação de sentidos (de descrições definidas) singulariza o conteúdo das atitudes.
- **RF:** As cláusulas-que nos relatos de atitude nomeiam a concatenação singularizada.

A primeira tese é usada para falar sobre como o sujeito lida com os nomes dentro de seu idioleto e de seu sistema de crenças; isto é, ela explica o conteúdo proposicional com o qual o sujeito tem a relação de crença. O conteúdo da crença do sujeito está condicionado aos sentidos associados às palavras que constituem a sentença gramatical, de modo que se o sujeito associa os mesmos sentidos a mais de um nome gramaticalmente distinto, então ele acreditará estar falando do mesmo objeto ao usar ambos os nomes — o conteúdo da crença é a concatenação dos sentidos. A segunda tese é usada para falar sobre o relato da crença: para Frege, um relato de atitude objetiva representar corretamente o conteúdo objetivo (ou proposição) em relação ao qual o agente tem a atitude, então, obrigatoriamente, a cláusula-q deve conter o mesmo conteúdo para o qual o agente tem a atitude. Uma vez que o agente não associa os mesmos sentidos a todos os nomes em questão, apenas os nomes de mesmo sentido podem entrar no relato de atitude.

De (**CF**) se segue que pelo menos uma diferença na crença sobre o(s) referentes(s) dos nomes se deve a uma diferença nos sentidos que determinam a referência dos nomes. De (**RF**) se segue que uma falha na intersubstituição se deve a uma diferença de sentidos associados aos nomes contidos na sentença. Nos importa encontrar casos que neguem as duas teses. A princípio é possível dizer que encontrar casos que neguem (**CF**) é encontrar casos para pensar (**RF**) como implausível, uma vez que descartamos a afirmação de que a crença deve se relacionar com uma concatenação de sentidos (descrições definidas).

Em resumo, a busca é pela negação do fundamento fregeano para a postulação de atitudes como relações com proposições fregeanas: do fato de alguém poder concordar com “ $a = a$ ” e, ao mesmo tempo, não concordar com “ $a = b$ ”, se deve sustentar que existe uma mudança de sentidos associados às palavras.

3. OS ENIGMAS DE PIERRE E PADEREWSKI

Há dois enigmas apresentados por Kripke em seu artigo *A puzzle about belief* (KRIPKE, 1979). O primeiro é o conhecido *Enigma de Pierre* e o segundo é o *Enigma de Paderewski*. O primeiro é construído a partir de dois princípios (princípio de descitação e princípio de tradução) que estão pressupostos em nossas práticas linguísticas, enquanto o segundo é construído apenas através do princípio de descitação. Uma breve explicação de ambos é necessária para reconstrução dos enigmas.

Descitação: dada a concordância sincera e refletida de um sujeito *x* em relação a uma sentença *s*, podemos relatar que *x* acredita no que *s* expressa.

Tradução: dada uma sentença *s* escrita em qualquer idioma, a tradução de *s* para outros idiomas deve preservar o valor de verdade da sentença original, *s*.

O que o primeiro princípio faz é conectar concordância e crença. A concordância com uma sentença *s* por parte de um sujeito deve ser *sincera* e *refletida*. *Sincera* porque não pode ser feita de forma irônica ou de qualquer modo cuja intenção não seja ter a pretensão de verdade. Por exemplo, se João concorda com a sentença “vai chover” e ele não quer que suas roupas molhem, ele fará de tudo para retirar as roupas que estão ao ar livre. Isto é, João tem uma concordância sincera em relação à sentença “vai chover”. Além disso, ela é uma concordância *refletida* porque exclui os casos em que o falante está conceitualmente confuso quanto ao conteúdo da sentença. Por exemplo, se João é uma criança que entende errado o verbo “chover”, de forma que, para ele, tal expressão indica “o Sol vai aparecer”, então não podemos, a partir de sua concordância, implicar

(3) João acredita que as roupas vão molhar caso elas fiquem lá fora.

Pois ele certamente não concorda com “vai chover” no sentido usual da sentença, mas em um bem específico: vai fazer calor. Estando os relatores da crença conscientes de que o sujeito entende a sentença com a qual concorda, está excluída a possibilidade de relatos baseados em confusões linguísticas e conceituais.

Outro ponto importante sobre a descitação é quanto aos idiomas. No artigo, Kripke

assume que ele deve ser aplicado no mesmo idioma da sentença com a qual o sujeito concorda. Se a sentença em questão é “João tem dois filhos”, então a descitação deve ser feita dentro do português brasileiro: “_____ João tem dois filhos”. Por exemplo: um amigo chega até mim e diz “eu concordo com ‘*Walter is white*’” e estando nós dois conscientes do que a sentença significa,⁶ o relato deve ser: “você acredita que *Walter is white*”, numa mistura do inglês com o português. No entanto, se minha intenção for que aqueles que falam apenas o português entendam o conteúdo da crença do meu amigo, então devo relatar: “ele acredita que Walter é branco”.

A transição do relato de um idioma para o outro só funciona se o segundo princípio, o da tradução, estiver correto. Esse é autoexplicativo: qualquer tradução bem-sucedida deve preservar o valor de verdade da sentença original. Assim, se a sentença “*John is five years old*” é verdadeira, sua tradução para o português brasileiro, “John tem cinco anos de idade”, continuará verdadeira; sendo falsa no idioma original, continua falsa em português.

Como dito acima, tais princípios são pressupostos em incontáveis atitudes proposicionais cotidianamente relatadas. Se alguém, sincera e refletidamente, diz concordar com a sentença “está muito difícil viver no Brasil”, não parece haver qualquer impedimento em relatar “ele/aquela/esta pessoa acredita que está muito difícil viver no Brasil” a partir disso. Além de permitido, quem o faz tem um grande grau de certeza ao fazê-lo, pois não se baseia no comportamento do agente da crença, mas no que este conscientemente afirmou concordar. E é claro que o relator da crença não precisa estar consciente de que usou a descitação, é necessário apenas que o princípio esteja operando nesse tipo de relato.

3.1 Frege e o Princípio de Descitação

Kripke faz algumas observações interessantes sobre o comportamento da descitação dentro da perspectiva fregeana. Para cada usuário, as palavras possuem sentidos fregeanos distintos enquanto eles não descobrem estar falando do mesmo objeto. Os usos dessas palavras estão confinados no que se chama de um idioleto; como foi explicado acima: dada uma sentença declarativa com a qual um sujeito x concorda, o conteúdo proposicional com o qual x mantém uma relação de atitude é a concatenação dos sentidos que ele associa às expressões que compõem a sentença e x fará o autorrelato: *eu V que p* ,⁷ onde p será uma

⁶ Os dois não precisam estar necessariamente conscientes do que a sentença significa, apenas o sujeito que concorda precisa, mas este é um detalhe desnecessário para a exposição.

⁷ Apenas um quase esquema para ilustrar o relato.

sentença e V um verbo de atitude. No entanto, o que acontece quando outra pessoa precisa fazer o relato da atitude de x? Pela perspectiva até aqui apresentada, ele deveria ser capaz de fazer um relato contendo a mesma sentença. Sendo o conteúdo expresso pelo uso assertivo de uma sentença declarativa a concatenação dos sentidos de quem a usa, os usos do relator ao fazer um relato também estão sujeitos a isso. Por exemplo, se João acredita que Platão é Platão a partir da concordância com “Platão é Platão”, o relator da crença, ao *usar* a sentença “Platão é Platão” para relatar a crença de João, deve associar a concatenação de sentidos que ele possui em seu idioleto. Parece, então, que o relato só pode ser verdadeiro caso o relator associe *a mesma* concatenação de sentidos que João associa à sentença “Platão é Platão”.

O problema acontece quando é preciso relatar a ignorância em relação a um fato: digamos que Paulo sabe que a sentença “Platão é Aristocles” é verdadeira, na perspectiva apresentada isso significa dizer que ele associa os mesmos sentidos a ambos os nomes contidos na sentença. Mas se Paulo quiser relatar a ignorância de João acerca do fato de que Platão é Aristocles, ele não poderá fazer isso. Seu uso da sentença “Platão é Aristocles” expressa uma autoidentidade, pois todos os sentidos que ele associa a “Platão” ele também associa “Aristocles”. Dessa forma, se Paulo fizer o relato, ele expressará que João não sabe uma trivialidade, pois o conteúdo usado por Paulo, uma autoidentidade, será o conteúdo expresso pelo relato da atitude de João. Isso mostra que a análise do relato está incorreta. Outro exemplo problemático acontece quando Paulo tentar relatar que, embora João acredite que Platão é filósofo, ele não acredita que Aristocles é filósofo: se os sentidos que Paulo associa a “Platão” e “Aristocles” são os mesmos, seu relato expressará que João, sob os mesmos sentidos, acredita que o objeto é e não é filósofo. O relato expressa erroneamente que João tem crenças contraditórias acerca de Platão.

Segundo Kripke, é uma consequência da teoria de Frege não ser possível relatar fatos simples como esses. Um princípio tão trivial quanto o da descitação, que parece estar subjacente a nossa prática de relatar atitudes, não pode ser verdadeiro se Frege estiver certo. Se (RF) estiver certa, então o princípio de descitação não pode estar certo, pois o princípio pressupõe o conteúdo proposicional comum sendo descitado — coisa que não acontece na semântica de Frege.

Há outro problema, independente dos apresentados acima, motivando os enigmas de Kripke: casos em que não há qualquer descrição definida difundida na comunidade dos falantes, o que impossibilita explicar as falhas de substituição em contextos de atitude pela presença desses conteúdos sendo associados a nomes.

Para Frege é completamente justificável, como ficou claro em (RF), pensar que

descrições definidas atribuídos a nomes explicam a falha da intersubstituição de nomes correferentes. Essa proposta só seria satisfatória se para cada pessoa existisse pelo menos um sentido fregeano por intermédio do qual o referente do nome em questão estivesse sendo determinado. Este é precisamente o problema. Para ilustrá-lo, podemos considerar os nomes “Cícero” e “Túlio”. É claro que existem pessoas que sabem coisas a respeito de Cícero e Túlio a ponto de apresentar sentidos que determinem suas referências. A questão é se todos os falantes estão habilitados a fazer o mesmo. Diferente de um especialista ou alguém muito curioso quanto aos fatos imperadores romanos, as outras pessoas, quando perguntadas a quem os nomes “Cícero” e “Túlio” se referem, não precisam especificar absolutamente nada acerca do homem, elas podem dizer “foi *um* orador romano”, “*um* romano” ou não dizer nada. Considerando que Frege apresentou descrições *definidas* como bons correlatos gramaticais para seus sentidos, então do fato de nem todo nome apresentar uma descrição definida associada a si, inferimos que nem todo nome tem associado a si um sentido. Então, como **CF** pode ser verdadeira? A crença não está sendo singularizada por nenhum sentido. Ao mesmo tempo, como **RF** pode ser verdadeira, uma vez que não existe conteúdo sendo singularizado?

Quem associa descrições *indefinidas* ou nada a ambos os nomes não está usando usando-os incorretamente; ao contrário, os usa fazendo referência ao mesmo homem ao qual os especialistas (ou quem os esteja mencionando) se referem. A inexistência do tipo de sentido para nomes próprios que são requeridos para compor as proposições fregeanas é tanto um problema para (**CF**) quanto para (**RF**), pois ambas necessitam que o conteúdo da crença seja claramente uma concatenação desses sentidos, de forma que ou a perspectiva fregeana sobre a singularização de conteúdo através de descrições definidas está certa ou o correto seria dizer que os casos em que não ocorrem descrições definidas são casos em que não existe relação com proposições fregeanas, casos, portanto, em que o relato de atitude é impossível.

Esse segundo problema parece mais radical, pois se seguirmos a perspectiva de Frege não poderemos explicar em absoluto em que alguém que possui apenas descrições *indefinidas* associadas aos nomes acredita quando concorda com “Cícero era careca”. Essa é uma forma interessante de negar (**CF**) e (**RF**), pois a determinação de sua verdade pressupõe a disponibilidade de coisas que não estarão sempre disponíveis.

Essas consequências desagradáveis poderiam ser explicadas pelo teórico da referência direta, pois a falta de conhecimento seria simplesmente em relação à identidade de um objeto; ou seja, como a função do nome se esgota em referir, o valor semântico da sentença “Cícero é Túlio” está garantido para todos os falantes. Assim, além de apresentar um contraexemplo à teoria descritivista, a teoria da referência direta é apoiada por ele. No

entanto, parece que chegamos numa espécie de dilema, visto que o Enigma de Frege exclui completamente qualquer teoria da referência direta aplicada ao relato das APs. Implicar que

(4) João acredita que Túlio é Cícero

porque

(5) João acredita que Cícero é Cícero

nos parece é tão incorreto quanto impossibilitar João de não saber que Cícero é Túlio ou de dizer que João não tem crenças.

Retomando o primeiro argumento fregeano apresentado no início do capítulo, o ganho cognitivo não poderia ser explicado pela teoria da referência direta, porque a intersubstituição no relato não faria nada além de trocar a referência de um nome pela mesma referência, mantendo o significado. O erro, então, pareceria também recair sobre a teoria da referência direta. O teórico da referência direta para nomes em sentenças declarativas e relatos de atitude usa as seguintes teses — uso “CD” para Conteúdo Direto e “RD” para Relato Direto:

- **CD:** Proposições russellianas singularizam o conteúdo da crença.
- **RD:** As cláusulas-que nos relatos de atitude expressam proposições russellianas.

Mas se a descitação simplesmente traz para o conteúdo do relato o fato, como os relatos “João acredita que Cícero é careca” e “João acredita que Túlio não é careca” podem ser simultaneamente verdadeiros? O relato atribuiria a João uma crença contraditória que ele intuitivamente não possui.

Uma vez esclarecidos os princípios, vamos aos enigmas.

3.2 Enigma de Pierre

É certo que qualquer falante de qualquer idioma possui crenças e que é perfeitamente claro podermos relatar essas crenças. O princípio de descitação permite que tais relatos sejam feitos. Por exemplo, da concordância de Pierre com “*Londres est jolie*” (uma sentença escrita

em seu idioma nativo), os nativos daquele país, ao descobrirem que Pierre concorda sincera e refletidamente com a sentença “*Londres est jolie*”, certamente podem relatar:

(6) *Pierre croit que Londres est jolie.*

Pierre, ainda acreditando nisso, resolve viajar para o outro país. Ele acaba por se instalar em uma cidade da Inglaterra, Londres, mas não sabe disso. Como ele sabia falar apenas seu idioma nativo, o francês, demorou até que começasse a conversar com seus vizinhos. Pierre, assim como seus vizinhos, não saía do bairro de Londres onde vivia. Acontece que o local onde ficavam confinados não era uma parte muito bonita da cidade. Depois de muito tempo convivendo com aqueles vizinhos, ele aprendeu que o nome do local era “*London*” e que o modo gramaticalmente correto de expressar seu descontentamento estético era dizendo “*is not pretty*”. Então, tendo uma concordância sincera e refletida com a sentença “*London is not pretty*”, seus vizinhos facilmente concluíram:

(7) *Pierre believes that London is not pretty.*

Aplicando a tradução a (6) e (7) obtém-se, respectivamente, o seguinte par:

(8) Pierre acredita que Londres é bonita.

(9) Pierre acredita que Londres não é bonita.

Como foi dito antes, tal tradução preserva a verdade de (6) e (7). O enigma está posto: Pierre acredita ou não acredita que Londres é bonita? É claro que há uma leitura dessa situação em que não há qualquer enigma: poderíamos fazer relatos *de re*⁸ das crenças de Pierre. Como esse tipo de relato não se compromete em estabelecer o modo como Pierre acredita no que acredita, então seria um simples caso de alguém sustentando uma contradição

⁸ Quando um relato de crença é *de dicto*, ele determina completamente a proposição em que o sujeito acredita. Na interpretação *de dicto* do relato “Mary Jane acredita que o herói da cidade é fotógrafo”, a cláusula-q determina o modo pelo qual o sujeito especificaria tal crença: *o herói da cidade* e *ser fotógrafo*. O enigma deixaria de existir na interpretação *de re* do relato porque ele não tem como papel semântico o de especificar a proposição acreditada pelo sujeito. Então, se se toma o relato anterior na interpretação *de re*, a intenção é relatar que ela tem uma crença acerca daquele objeto, casualmente apresentado como o herói da cidade. Nesse caso, pode ser que Mary Jane tenha sua crença especificada apenas por *Peter Parker*, mas isso, como foi dito, não tornaria o relato falso, uma vez que a intenção não é determinar completamente a proposição em que ela acredita. Para uma exposição mais detalhada sobre a distinção, ver BRANQUINHO (2006).

sem perceber isso — o que é bastante comum na vida cotidiana. Tal leitura, por mais que esclareça a situação, não toca no Enigma de Frege: a proposição em relação a qual o sujeito tem a atitude. Nos importa tentar conseguir representar corretamente o conteúdo relevante para o sujeito da atitude e somente a leitura *de dicto* do relato de atitude explicita esse tipo de sensibilidade. Não se pode admitir que Pierre conscientemente acredita em uma contradição quando relatamos (8) e (9) conjuntamente, gerando:

(10) Pierre acredita que Londres é bonita e Pierre acredita que Londres não é bonita.

Ou seja, é necessário encontrar uma interpretação de (10) que não implique que Pierre acredita que Londres é e não é bonita, mas uma em que o conteúdo expresso pelas suas cláusulas-que sejam distintos. Pierre não se dá conta de que ambos os nomes, “*Londres*” e “*London*”, referem-se ao mesmo objeto no mundo. Os relatos produzidos a partir das sentenças com as quais Pierre concorda parecem nos levar a pensar que ele, de modo consciente, acredita em algo contraditório. Não é satisfatório dizer que ele acredita que a cidade a qual os vizinhos chamaram “*London*” não é bonita e que a cidade a qual Vânia (um amigo francês) chamou “*Londres*” é bonita. Por mais que isso possa mostrar, como diz Kripke, *o que está acontecendo* na situação, ela não consegue responder se Pierre acredita ou não que a cidade é bonita. Por exemplo, “*la ville que Vânia appelait ‘Londres’ est jolie*” seria a sentença em francês⁹ com a qual Pierre concordaria, e seu sentido fregeano seria “a cidade que Vânia chamou de ‘*Londres*’; portanto, o relato traduzido para o português brasileiro seria:

(11) Pierre acredita que a cidade que Vânia chamou de “*Londres*” é bonita.

E de sua concordância com “*the city that the neighbors called ‘London’ is not pretty*”,¹⁰ o relato traduzido para o português brasileiro seria:

(12) Pierre acredita que a cidade que os vizinhos chamam de “*London*” não é bonita.

Assim, sendo dois sentidos (descrições definidas) distintos associados aos nomes da cidade, a concatenação de sentidos singularizada seria distinta e o relato se referiria a duas

⁹ Em português: “a cidade que Vânia chamou de ‘*Londres*’ é bonita”.

¹⁰ Em português: “a cidade que os vizinhos chamam de ‘*London*’ não é bonita”.

concatenações distintas.

Uma resposta como essa só seria admissível, a meu ver, se concatenações de sentidos singularizassem conteúdos de crença (CF). Mas mostrando que isso não acontece, mostramos que dizer que o sujeito possui descrições definidas distintas não toca a questão: Pierre acredita ou não que Londres é bonita? Ou seja, se concatenações de sentidos *não são* conteúdos de crença, então dizer que sentidos distintos entrando na concatenação não é uma resposta — pelo simples fato de que concatenações de sentidos não singularizam os conteúdos de atitudes. É preciso esclarecer o que a pergunta está realmente pedindo.

Começo com uma citação (KRIPKE, 1979, pp. 259-260):

Eu estou completamente consciente de que descrições completas e francas da situação são possíveis e de que neste sentido não existe paradoxo. Pierre está disposto a concordar sinceramente com ‘*Londres est jolie*’, mas não com ‘*London is pretty*’. Ele usa o francês e o inglês normalmente. Ele associa propriedades a ‘*Londres*’ e ‘*London*’ suficientes para determinar aquela cidade famosa, mas ele não percebe que elas determinam uma única cidade. E seus usos de ‘*Londres*’ e ‘*London*’ são historicamente (causalmente) conectados com a mesma cidade, embora ele não seja consciente disso. Nós até mesmo podemos apresentar uma enunciação grosseira de suas crenças. Ele acredita que a cidade chamada por ele de ‘*Londres*’ é bonita, que a cidade por ele chamada de ‘*London*’ não é. Sem dúvida outras descrições são possíveis. Sem dúvida algumas dessas são, em certo sentido, descrições *completas* da situação. Mas nenhuma destas responde à questão original. Pierre acredita, ou ele não acredita, que Londres é bonita? Eu não conheço resposta para *esta* questão que pareça satisfatória. Não é uma resposta protestar que, em alguma *outra* terminologia, podemos estabelecer ‘*todos os fatos relevantes*’. [...] As condições estabelecidas podem — vamos conceder por um momento — descrever ‘o que está realmente acontecendo’. Mas elas não resolvem o problema com o qual começamos, o do comportamento dos nomes em contextos de crença: Pierre acredita, ou ele não acredita, que *London* (não a cidade satisfazendo tais-e-tais descrições, mas *London*) é bonita? Nenhuma resposta foi dada ainda.

Alguns detalhes aqui merecem cuidado. Kripke está pedindo que um relato consiga determinar se o sujeito acredita ou não que *Londres* tem aquela propriedade. O próprio teor da pergunta *parece* implicar que o sujeito tem uma relação com um fato, uma vez que a pergunta *parece* querer saber a verdade da crença em relação a um objeto. Isso *parece* comprometer Kripke com uma posição referencial direta em relação a atitudes proposicionais: a relação entre um sujeito e uma proposição russelliana.¹¹ Mas não é bem assim.¹² Porém, antes de

¹¹ Também chamada “proposição singular” e se distingue da proposição geral e da proposição particularizada. A proposição geral não menciona indivíduos específicos, mas atribui as propriedades que a compõem a certo número de indivíduos, por exemplo, $\forall x(\Phi(x) \rightarrow \Psi(x))$, $\exists x(\Psi(x))$ etc. A proposição particularizada fala sobre um indivíduo específico e pode ser representada assim: $\exists x(\Phi(x) \wedge \forall y(\Psi(y) \rightarrow x = y) \wedge \Omega(x))$. Neste caso, por mais que se esteja falando sobre um indivíduo específico, ele não faz parte da composição da proposição — como é possível perceber pela sua forma lógica. Em oposição aos dois tipos, a proposição russelliana (ou proposição singular) contém pelo menos um indivíduo em sua constituição. Neste trabalho, tais proposições são, assim como em RICHARD (1990), representadas na forma de par ordenado, por exemplo, $\langle \Phi, \alpha \rangle$ etc., onde α marca o lugar de um objeto no mundo e Φ o lugar de uma propriedade do objeto. Sobre proposições singulares, ver

entrar nesse assunto, devemos negar tanto **CF** quanto **RF**. Fregeanos podem reivindicar que, na verdade, dizer “o que está acontecendo é...” é uma boa resposta: existem sentidos distintos sendo associados aos nomes, portanto, o conteúdo da crença é distinto! O modo de negá-las é o seguinte.

Pierre poderia ter ouvido de seu amigo Vânia que *Londres* é a capital da Inglaterra, que é a cidade onde vive a rainha da Inglaterra, a cidade que contém o Palácio de Buckingham etc. — isso tudo, é claro, em francês: “*le Palais de Buckingham*”, “*la Reine d’Angleterre*” etc. Então, ao Pierre mudar-se para Londres, e lá aprender com seus vizinhos todos esses mesmos fatos, porém em inglês, sobre *London* (por exemplo, que abriga o *Buckingham Palace*, e é a residência da *Queen of England*, etc.), o relato da sua crença, aplicando a tradução para o português brasileiro, que os vizinhos fariam seria:

(13) Pierre acredita que a cidade onde a Rainha da Inglaterra mora não é bonita.

Ao mesmo tempo, uma vez que ele associa as mesmas descrições ao nome “*Londres*”, mas em francês, aplicando a tradução para o português, sua crença seria:

(14) Pierre acredita que a cidade onde a Rainha da Inglaterra mora é bonita.

Mas Pierre não faz a tradução entre “*England*” e “*Angleterre*”. Pierre simplesmente pensa que a descrição definida que ele associa a “*Londres*” designa uma cidade distinta daquela designada pela descrição definida associada a “*London*”. Para ele, o lugar designado por “*Angleterre*” certamente possui uma rainha, assim como possui o lugar designado por “*England*”. O problema é que ele não sabe que se trata do mesmo país.

Os mesmos sentidos (apresentados em forma de descrição definida) estão sendo associados aos nomes; de acordo com **CF** isso deve significar que Pierre acredita numa concatenação de sentidos e em sua contraditória: *que a cidade onde a Rainha da Inglaterra mora é bonita* e *que a cidade onde a Rainha da Inglaterra mora não é bonita*. Ao mesmo tempo, usando **RF**, isso significa que o relato da crença de Pierre relataria que ele, de fato, acredita numa contradição. Mostrar que **CF** e **RF** estão erradas é mostrar que a resposta “há dois sentidos distintos sendo associados” está errada, então a questão enigmática continua sem

FITCH, Greg; NELSON, Michael (2013) e GALVÃO (2006).

¹² Penso que os enigmas propostos por Kripke mostram uma outra consequência tão interessante quanto a da falha nos relatos de atitude: nossa falha em explicar o conteúdo das atitudes. A discussão começa no último capítulo.

resposta. Pierre acredita, ou ele não acredita, que Londres é bonita? Se continuarmos admitindo que sentidos (descrições definidas) singularizam conteúdos de atitude, então devemos admitir que às vezes os sujeitos acreditam conscientemente em contradições — e isto é tudo o que nós não queremos!

Ao mesmo tempo, um teórico que admite **CD** e **RD** está numa situação complicada, pois ter a mesma crença é ter a mesma atitude em relação a mesma proposição russelliana: “Túlio é Cícero” e “Cícero é Cícero” expressam a mesma proposição russelliana, embora através de sentenças distintas, e como os sentidos não especificam conteúdos semânticos, a crença deve ser a mesma.

O caso de “Cícero” e “Túlio” mostrou que a solução descritivista não é geral o suficiente para contemplar todos os casos de relatos de atitude, pois deixa de fora os casos em que o agente da crença não associa qualquer descrição definida aos nomes, o que enfraquece seu caráter de ser uma *solução*. Agora temos boas razões para pensar que mesmo se João estivesse associando a mesma descrição definida (ou descrições definidas distintas) aos nomes “Cícero” e “Túlio”, não teríamos garantia em dizer se ele acredita ou não no mesmo conteúdo pela concordância de “Cícero é Cícero” e “Cícero é Túlio”. Nas palavras de Kripke (1979, p. 262):

[...] se nós prestarmos atenção apenas ao comportamento de Pierre como um falante do francês (e, pelo menos em seus dias de monolíngue, ele não era diferente de qualquer outro francês), Pierre satisfaz todos os critérios normais para acreditar que ‘Londres’ tem um referente satisfazendo univocamente as propriedades de ser a maior cidade na Inglaterra, conter o Palácio de Buckingham, and assim por diante. [...] Semelhantemente, com base em suas (posteriores) crenças expressadas em inglês, Pierre também acredita que o referente de ‘London’ satisfaz univocamente essas mesmas propriedades. Mas Pierre não pode combinar as duas crenças em um único conjunto de crenças a partir do qual ele possa derivar a conclusão usual de que ‘London’ e ‘Londres’ devem ter a mesma referência. (Aqui o problema não vem de ‘London’ e ‘Londres’, mas de ‘England’ e ‘Angleterre’ e do restante).

Assim, um descritivista sobre sentidos não pode explicar a impossibilidade de derivar (4) de (5) dizendo que há distintas descrições definidas sendo associadas a cada um dos nomes. Ao mesmo tempo, ele não pode mais usar o exemplo como argumento a favor de sua teoria em relação às proposições russellianas dizendo que estes *devem* derivar (4) de (5). De fato, eles devem derivar, dado **CD**, mas o ponto é que o exemplo não pode ser mais usado como um desempate entre descritivistas sobre sentidos e teóricos da referência direta.

3.3 Quatro possíveis soluções?

Tendo em vista o estado calamitoso das teorias que tentam resolver o problema,

alguém poderia simplesmente voltar sua atenção a Pierre e reivindicar que, talvez, ele ou mudou de crença ou não chegou a ter qualquer crença realmente. Examinemos as opções.

Opção (a): alguém poderia dizer que Pierre substituiu sua crença, pois depois de mudar-se para Londres, finalmente deixou de crer que Londres era bonita ou que agora não concordaria mais com “*Londres est jolie*”. Com base em quê devemos dizer isso? Ora, antes que ele fosse para Londres, era perfeitamente correto relatar sua crença na beleza da cidade. Ele afirmava isso para seus amigos e concordava quando estes falavam sobre o assunto. Ainda quando seus amigos o telefonam e falam sobre Londres, ele continua afirmando tudo que afirmava antes. Devemos ignorar este fato, mesmo que ele seja sincero quanto as suas afirmações sobre a tão amada Londres? Parece um simples absurdo desconsiderar justamente aquilo que serve de base para fazer um relato de atitude. Pierre continua preservando todas as suas concordâncias acerca de sentenças contendo “*Londres*”.

Opção (b): negar que Pierre obteve uma nova crença ao mudar-se para Londres. Neste caso, Pierre continua concordando com “*Londres est jolie*”, então (6) e (8) continuam verdadeiras. No entanto, se por um momento desconsiderarmos a crença de quando Pierre era monolíngue e olharmos apenas para seu presente em *London*, diríamos que ele sustenta a crença de Londres não é bonita sob os mesmos fundamentos que qualquer um dos seus vizinhos. Assim como relatamos a crença de seus vizinhos sobre a falta de beleza de Londres, devemos relatar a crença de Pierre.

Mas alguém poderia insistir e dizer que Pierre se nega a concordar com seus vizinhos porque pensa não ter explorado a cidade o suficiente para ter qualquer opinião estética sobre ela. Assim, como Pierre não tem qualquer disposição para concordar com a sentença “*London is not pretty*”, é possível relatar sua ausência de crença usando o princípio de descitação fortalecido:

Descitação Fortalecida: Um falante normal de uma língua *L* está disposto a concordar sincera e refletidamente com “*p*” se, e somente se, ele acredita que *p*.

(15) Não acontece que: Pierre acredita que Londres é bonita.

O problema é que (6) e (8) mostram que Pierre acredita que Londres é bonita. Relatar que Pierre tem crenças acerca da beleza de Londres e que Pierre não tem crenças acerca da beleza de Londres é dizer algo contraditório. Nesse caso, apresentamos uma contradição não

apenas no julgamento de Pierre, mas nos nossos próprios.

Uma opção (c) poderia defender que tanto (a) quanto (b) ocorrem, mas é claro que quem pensa assim apenas acumula para os problemas que ambas carregam. Não parece ser uma boa opção (KRIPKE, 1979, p. 257):

Se negarmos a Pierre, em seu estado bilingue, sua crença de que Londres é bonita e sua crença de que Londres não é bonita, nós combinamos as dificuldades das duas opções acima. Ainda seríamos forçados a julgar que Pierre uma vez acreditou que Londres é bonita, mas não mais, independentemente da sincera negação que Pierre faz de ter perdido qualquer crença. Nós também devemos nos preocupar se Pierre *ganha* a crença de que Londres não é bonita, se ele esquece totalmente do seu passado na França. A opção não parece muito satisfatória.

Opção (d): parece que realmente devemos respeitar ambas as crenças de Pierre e dizer que ele sustenta crenças contraditórias. Mas é claro que Pierre não sustenta conscientemente crenças contraditórias. Por exemplo, digamos que ele concordasse sincera e refletidamente, ainda em seu estado de monolingue na França, com “*Si New York est jolie, Londres est jolie aussi*”. Portanto, aplicando descitação:

(16) *Pierre croit que si New York est jolie, Londres est jolie aussi*

E aplicando tradução:

(17) Pierre acredita que se Nova Iorque é bonita, então Londres também é bonita.

Assim, como ele concorda com “*London is not pretty*” e, portanto, acredita nisso, estamos comprometidos em dizer que Pierre deveria concluir, por *modus tollens*:

(18) *Nova York n'est pas jolie*

Ele tem as premissas para fazer um *modus tollens*: (i) se Nova Iorque é bonita, Londres é, (ii) Londres não é bonita; mas não importa o quão bom em lógica Pierre seja, ele não fará isso.¹³ Ele não pode comparar suas duas crenças sobre a beleza de Londres e determinar que apenas uma pode ser verdadeira, assim como não pode inferir que Nova

¹³ E não é a questão de Pierre não saber o que é *modus tollens* ou estar com o raciocínio confuso. Ainda que ele fosse o maior lógico do mundo, ele não concluiria (18).

Iorque não é bonita.

Ao respeitar ambos os relatos somos levados a concluir que Pierre é realmente uma pessoa irracional ou admite (quando não admite) crenças contraditórias. Isso não se deve a alguma falha cognitiva de Pierre ou por, de algum modo, ele estar usando nomes e adjetivos de forma errada; afinal, ele é um falante perfeitamente capaz de usar a linguagem para se comunicar e explicitar o que pensa, seja quando era um monolingue, seja naquele em que aprendeu inglês.

O grande problema em todos os casos é: Pierre acredita ou não acredita que Londres é bonita? Os princípios implícitos parecem ser intuitivamente verdadeiros, não parece ser uma saída abdicar da possibilidade de relatar crenças a partir das sentenças que as pessoas dizem concordar. A culpa parece recair sobre quem relata a crença, pois os *relatos* simplesmente não são fiéis o suficiente a ponto de mostrar se Pierre acredita ou não que Londres é bonita.

Também não é uma solução dizer que Pierre poderia facilmente consultar alguma espécie de dicionário de nomes e ver que “Londres” e “London” são simples nomes para o mesmo lugar. Esta não é uma solução simplesmente porque o dicionário poderia estar errado: antes da descoberta de que Héspero é Fósforo, um catálogo com todos os nomes correferentes para cada objeto incluiria facilmente que “Héspero” e “Fósforo” são nomes para objetos distintos, e não para o mesmo objeto. Além disso, não se pode esperar que algum léxico contendo vários nomes normalize quais nomes devem ou não ser usados para cada objeto, pois nomes, ou expressões tomadas como nomes, podem ser usadas por qualquer um e para qualquer objeto.¹⁴

Como Kripke aponta, seu objetivo é mostrar que o enigma é um enigma;¹⁵ mostrar que há uma conclusão paradoxal ((10) ou (8) e (15)) surgindo de noções intuitivamente aceitas, como tradução, descitação e nomenclatura.

3.4 Problema no Princípio de Tradução?

Embora não pareça existir qualquer problema com o princípio de tradução, alguém¹⁶ poderia dizer que é ilegítimo traduzir “*London is not pretty*” e “*Londres est jolie*” para “Londres não é bonita” e “Londres é bonita” porque “Londres” seria uma tradução ilegítima

¹⁴ Essas considerações foram retiradas de MARCUS (1981).

¹⁵ KRIPKE, Saul A. *Op. cit.*, p. 239: “*my thesis is a simple one: that the puzzle is a puzzle*”.

¹⁶ William Taschek (1988), por exemplo, defende isso.

de “*London*” e “*Londres*”.¹⁷ Traduções, os descritivistas poderiam argumentar, só podem ser feitas de idioleto para idioleto. Já foi argumentado como a solução considerando as mesmas descrições definidas não garantiria a tradução. Existe alguma outra forma de negar o princípio?

Sim, mas talvez ela seja drástica demais (KRIPKE, 1979, p. 263): “decretar que nenhuma sentença contendo um nome pode ser traduzida exceto por uma sentença contendo um nome foneticamente idêntico”. Pelo menos no artigo de Frege não existe qualquer indicação sobre esse tópico, a única coisa que Frege diz é que, estando o falante suficientemente familiarizado com o idioma, então ele está passível de apreender os sentidos associados às expressões daquele idioma.¹⁸ Seja lá como se defina “estar suficientemente familiarizado com um idioma”, Pierre parece bastante familiarizado com, sob as mesmas bases de seus vizinhos, “*London*” e “*Londres*” como nomes para países e “*est jolie*” e “*is not pretty*” como adjetivos sobre beleza. Mas podemos considerar por um momento que a tradução não deve traduzir nomes como normalmente faz. Então, quando Pierre concorda com “*London is not pretty*” só podemos relatar que Pierre acredita que *London* não é bonita, e da concordância com “*Londres est jolie*” podemos relatar apenas que Pierre acredita que *Londres* não é bonita, numa espécie de mistura de idiomas. Bem, pelo menos existe alguma motivação usual para isso. Nomes de algumas pessoas famosas, por exemplo René Descartes, Bertrand Russell, Rousseau etc., não são “traduzidos” para nosso idioma, mas pronunciados *quase* como no idioma original. Então a presente “solução” está apenas sugerindo que *sempre* se faça aquilo já fazemos algumas vezes.

Em *O Nomear e a Necessidade*, Kripke (2012, p. 203) concluiu que nomes de espécies naturais estão muito próximos dos nomes próprios:

Em primeiro lugar, o meu argumento conclui implicitamente que certos termos gerais, os termos para espécies naturais, possuem um parentesco com os nomes próprios maior do que geralmente se pensa. Esta conclusão é segura para diversos nomes de espécies, quer sejam substantivos contáveis como “gato”, “tigre”, “pedaço de ouro”, quer sejam termos de massa como “ouro”, “água”, “pirita de ferro”. Ela aplica-se igualmente a certos termos para fenômenos naturais, como “calor”, “luz”, “som”, “relâmpago”, e, elaborando-se um pouco, também deverá ser aplicável aos adjetivos correspondentes — “quente”, “alto”, “vermelho”.

Podemos imaginar a situação ocorrida com Pierre, mas agora em relação ao nome de espécies naturais: ainda enquanto era monolingue, na França, Pierre aprendeu a designar

¹⁷ Considere a pronúncia do nome francês “*Londres*” para diferenciar de seu homógrafo em português.

¹⁸ Frege (2009, p.132) diz: “O sentido de um nome próprio é apreendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que o nome próprio pertence”.

certas espécies de plantas com a expressão “*les hêtres*”; ao mudar-se para Londres, aprende a designá-las, mas sem fazer traduções, pela expressão “*beeches*”. Uma vez que as duas expressões designam a mesma espécie, o relato da crença não deve traduzir o nome das espécies de plantas? Por exemplo, se Pierre de fato concordasse com a beleza daquelas espécies na França, mas discordasse dela em Londres, o relato deveria ser: “Pierre acredita que *les hêtres* são bonitas” e “Pierre acredita que *the beeches* são feias”? (KRIPKE, 1979, p. 265)

Nós estávamos considerando uma ‘estrita e filosófica’ reforma dos procedimentos de tradução a qual propôs que nomes próprios estrangeiros deveriam sempre ser apropriados em vez de traduzidos. Agora, parece que nós seremos forçados a fazer o mesmo com todas as palavras para espécies naturais. (Por exemplo, em preço do paradoxo, não se deve traduzir ‘*lapin*’ como ‘*rabbit*’!) A proposta ampliada não pode ser mais defendida, mesmo que fracamente, como ‘meramente’ universalizando o que nós já fazemos às vezes. É uma mudança muito drástica para manter alguma credibilidade.

É claro que um argumento mais sofisticado poderia ser apresentado sobre este ponto, mas o “enigma” análogo parece ser suficiente para mostrar que a solicitada reforma na tradução não pode ser efetivada. De qualquer modo, é possível ir mais longe e mostrar definitivamente que o problema não está na tradução entre idiomas.

3.5 Enigma de Paderewski

O enigma a seguir foi criado por Kripke com a intenção de mostrar que o problema não está na tradução. Para isso, ele usa apenas o princípio de descitação. O enigma é o seguinte.

Digamos que Peter fala apenas um idioma. Ele aprende a designar um certo homem com grande talento musical pelo nome de “Paderewski”. Ele concorda com “Paderewski tem talento musical”. Então usando descitação, é possível relatar:

(19) Peter acredita que Paderewski tem talento musical.

Depois, ele ouve falar de um ótimo político, cujo nome é “Paderewski”. Sob a pressuposição de que nenhum grande político é musicalmente talentoso, Peter pensa que são duas pessoas diferentes, embora tenham nomes foneticamente idênticos. Assim, considerando que Peter concorda com “Paderewski não tem talento musical”, podemos relatar:

(20) Peter acredita que Paderewski não tem talento musical

Acontece que são duas ocorrências de um nome do mesmo indivíduo. Assim, mesmo sem usarmos o princípio de tradução entre idiomas, o mesmo problema aparece dentro do nosso relato de atitude. A dedução a seguir, extraída de Sosa (1996), mas com algumas modificações, apresenta claramente o problema fornecido por Kripke:

- i. Peter, sob reflexão, concorda com ‘Paderewski tem talento musical’.
(Premissa)
- ii. Peter, sob reflexão, concorda com ‘Paderewski não tem talento musical’.
(Premissa)
- iii. Peter acredita que Paderewski tem talento musical. (de i, Descitação)
- iv. Peter acredita que Paderewski não tem talento musical. (de ii, Descitação)
- v. Peter acredita que Paderewski tem talento musical e Peter acredita que Paderewski não tem talento musical. (de iii e iv, Conjunção)
- vi. Se Peter acredita que Paderewski tem talento musical e Peter acredita que Paderewski não tem talento musical, então Peter tem crenças contraditórias.
(?)
- vii. Peter tem crenças contraditórias. (de v e vi, *Modus Tollens*)

Peter *aparentemente* possui crenças contraditórias sobre o mesmo objeto. “Aparentemente” porque ao ser interrogado se ele acredita que o mesmo objeto tem e não tem talento musical, ele responderia de forma negativa. O enigma é colocado mais uma vez: afinal, Peter acredita ou não que Paderewski tem talento musical? Novamente, este não é o caso de recorrer a distintas descrições definidas associadas aos nomes. A discussão anterior tentou mostrar que há bastantes dúvidas em saber se crenças são realmente individuadas a partir dessas coisas.

4. UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA OS ENIGMAS DE KRIPKE

O enigma é: Pierre acredita ou não acredita que Londres é bonita? A exposição pareceu ter indicado que a culpa deve cair sobre nossos princípios e que uma correção em algum deles deveria resolver o problema. A pergunta “por que podemos relatar que *a* acredita que Cícero é careca e *a* acredita que Túlio não é careca?” teria como resposta que é possível que esse alguém concorde com a sentença “Cícero é careca” e com “Túlio não é careca”.

Quando Gottlob Frege montou seu argumento, o que pode ser visto no primeiro capítulo, ele usou o princípio de substituição *salva veritate*¹⁹ para ir contra a explicação semântica que considera apenas a referência dos nomes. Já o Enigma de Pierre é construído sem o uso desse princípio. Dada a situação, Kripke (1979, p. 267-268) chega na seguinte conclusão:

A situação de [João] se assemelha surpreendentemente com a situação de Pierre. Uma proposta de que ‘Cícero’ e ‘Túlio’ são intersubstituíveis equivale aproximadamente a uma ‘tradução’ homofônica do inglês em si, na qual ‘Cícero’ é mapeado em ‘Túlio’ e vice-versa, enquanto o resto é deixado fixo. Mas o problema deve ser atribuído a esta etapa?

Kripke quer dizer que se devemos culpar de alguma forma o princípio de substituição *salva veritate*, então devemos culpar o princípio de tradução (*Ibidem*, p. 269): “o ponto é que os absurdos que descitação mais substituição gerariam são paralelos aos absurdos gerados por descitação mais tradução, ou mesmo ‘apenas descitação’”.

Eu penso que Frege não culpou o princípio de substituição *salva veritate*. Ao

¹⁹ A substituição é qualificada como *salva veritate* quando ela *preserva o valor de verdade* da sentença na qual ocorre. Por exemplo, a sentença “Russell é Russell” é verdadeira. Para que a substituição de algum dos termos por outro de mesma referência seja *salva veritate*, ela precisa preservar o valor de verdade da sentença; isto é, a substituição precisa produzir uma sentença também verdadeira. Poderíamos substituir a segunda ocorrência do nome “Russell” por “o autor de A Filosofia do Atomismo Lógico”, o que produziria a sentença “Russell é o autor de A Filosofia do Atomismo Lógico”. Como a sentença resultante manteria o valor de verdade da sentença original (o verdadeiro), essa substituição pode ser qualificada como *salva veritate*. Em seu “Sobre o Sentido e a Referência”, Frege (2009, pp. 129-158) apresenta as condições de aplicabilidade da substituição *salva veritate* em relatos de atitude proposicional. Para o autor, o princípio pode ser aplicado apenas às expressões de mesmo sentido. Além disso, o princípio tem dois tipos de condição de aplicabilidade: uma no contexto direto e outra no contexto indireto. No contexto direto, a substituição de um nome por outro deve garantir as condições de verdade da sentença e a substituição só é permitida quando os sentidos associados aos nomes apresentam a mesma referência. Já no contexto indireto o segundo elemento desta conjunção não é relevante para a aplicação do princípio. É possível que alguém sustente crenças falsas sobre uma identidade: a substituição de um nome não correferente por outro deve ser permitida na medida em que ela preserve o pensamento contido na atitude, uma vez que o sujeito associaria os mesmos sentidos aos nomes, mesmo que eles não apresentem o mesmo objeto. Disso se segue que é possível que alguém tenha como conteúdo da atitude as condições de verdade da sentença “Platão é Aristóteles” mesmo nunca tendo entrado em contato com tal sentença e sendo capaz de usar apenas a sentença “Platão é Platão” para apresentar sua crença. Este seria um caso em que o sujeito associa dois sentidos, um que apresenta Platão e um que apresenta Aristóteles. Do mesmo modo, o sujeito poderia ter entrado em contato com as condições de verdade de “Aristóteles é Aristóteles” sem nunca ter entrado em contato com essa sentença: ele simplesmente associa ao nome “Platão” sentidos que apresentam apenas o indivíduo Aristóteles.

contrário, ele o preservou, pelo menos em seu artigo já mencionado, e o *reinterpretou*. Toda a discussão que se segue desde o artigo de Frege é se a substituição em contextos de crença deve levar em consideração apenas o conteúdo puramente referencial ou não. Se se considera que o conteúdo semântico de “Cícero” é o mesmo de “Túlio”, a substituição deve ocorrer na cláusula-q (sob a pressuposição de que os constituintes expressos pela sentença são os constituintes expressos pelo relato). Ao montar os enigmas usando apenas descitação e tradução, ou apenas descitação, Kripke está mostrando que a substituição *salva veritate* não é *necessária* para derivar o problema dos relatos. Mas será que ela deve ser suficiente? Digo que depende.

Vamos olhar, agora com mais cuidado, para o que Frege (2009, p. 129-130) está pressupondo:

A igualdade desafia a reflexão, dando origem a questões que não são fáceis de responder. [...] $a = a$ e $a = b$ são, evidentemente, sentenças de valor cognitivo diferentes, pois $a = a$ sustenta-se *a priori* e, segundo Kant, deve ser denominada analítica, enquanto $a = b$ contém, frequentemente, extensões muito valiosas de nosso conhecimento, e nem sempre podem ser estabelecidas *a priori*. [...] Assim, se quiséssemos considerar a igualdade como uma relação entre os objetos a que os nomes “*a*” e “*b*” se referem, então $a = b$ não pareceria diferir de $a = a$, caso $a = b$ fosse verdadeira. [...] Se o sinal “*a*” difere do sinal “*b*” apenas enquanto objeto, [...] então o valor cognitivo de $a = a$ seria essencialmente igual ao de $a = b$, desde que $a = b$ seja verdadeira.

A pressuposição é esta: que o valor cognitivo é o valor semântico (FREGE, 2009, pp. 129-130): “A descoberta de que o sol nascente não é novo a cada manhã, mas é sempre o mesmo, foi uma das descobertas astronômicas mais ricas em consequências”. Ou seja, se batizássemos de “João” o Sol que vimos nascer ontem e de “Pedro” o Sol que vimos nascer hoje, não haveria diferença cognitiva (uma ser sintética) em dizer que “João é João”, “Pedro é Pedro”, “Pedro é João” ou “João é Pedro” se considerássemos apenas o referente *Sol*. Em resumo: “ $a = a$ ” deve ser *a priori* porque tem um conteúdo semântico distinto de “ $a = b$ ”; ser *a priori* ou *a posteriori* tem a ver, portanto, com o conteúdo semântico, conclui Frege. Mas o quanto isso deve ser assim?

Tomando *Naming and Necessity* (KRIPKE, 1980) como base, podemos dizer que existe uma diferença importante entre estar num certo estado epistêmico em relação a uma sentença e o que ela expressa. Uma sentença como “ $a = a$ ” expressa uma verdade necessária tanto quanto “ $a = b$ ” — caso “ $a = b$ ” seja verdadeira; isto é, as duas são verdadeiras em todos os mundos possíveis. Se considerarmos que uma diferença cognitiva se deve a uma diferença semântica, deveria ser possível afirmar que aos sinais “*a*” e “*b*” estão sendo associadas descrições definidas essenciais, isto é, descrições necessárias e suficientes para identificar os

mesmos objetos ao longo dos mundos possíveis. Então uma pessoa que sabe *que* $a = b$ é uma pessoa que consegue apresentar condições necessárias e suficientes para identificar a e b ao longo dos mundos possíveis. Acontece que ninguém precisa saber disso para saber que Cícero é Túlio. As condições de verdade são as mesmas tanto para “ $a = a$ ” quanto “ $a = b$ ”, mas uma continua sendo *a priori* enquanto a outra *a posteriori*, respectivamente. O ponto é que as condições de verdade não precisam estar ligadas aos modos de conhecer tais condições de verdade.

Agora, é difícil saber como conciliar isso com os relatos de atitude: pois se relatos de atitude consideram proposições (condições de verdade) e as condições de verdade são as mesmas para “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ”, como alguém pode acreditar em uma, mas não acreditar na outra? Retomei todas essas considerações porque penso que um dos problemas na discussão sobre os relatos de atitude é o fato de não sabermos exatamente o que são os conteúdos (proposições — se é que são proposições!) acreditados pelos sujeitos. E a isso que se quer aludir com a pergunta: Pierre acredita, ou ele não acredita, que Londres é bonita?

Existem aqueles dois (não os únicos) pontos de vista sobre o conteúdo das crenças (proposições): **CF** e **CD**. Não é possível concordar com nenhum dos dois porque o problema surge para o próprio sujeito: ele deveria ter consciência de estar falando dos mesmos objetos; e o mesmo para o relato da atitude em relação ao conteúdo: ela admite que a relação é entre o sujeito e *aquela* conteúdo.

O problema persiste (KRIPKE, 1979, p. 247):

A aparente falha de nomes codesignativos serem intersubstituíveis em contextos de crença permanece um mistério, mas o mistério não parece mais tão claramente argumentar a favor de uma visão fregeana em oposição a uma milliana. Nem diferentes sentidos públicos, nem diferentes sentidos privados peculiares a cada falante explicam o fenômeno a ser explicado. Então, a aparente existência de tal fenômeno não dá mais, *prima facie*, um argumento para tais sentidos diferentes.

Mas fregeanos podem perfeitamente dizer que Frege não está numa posição pior em relação aos teóricos de **CD**, mas está até mesmo em uma posição favorável. O fregeanismo tem uma grande virtude (TASCHEK, 1988, p. 99):

O fregeano, no entanto, observa que duas sentenças as quais são gramaticamente iguais, exceto pela troca de nomes correferenciais, podem, no entanto, diferir em seus significados cognitivos. Dizer que elas diferem em seus significados cognitivos é dizer que é possível, para um falante competente e racional, ter atitudes epistêmicas conflitantes em relação a o que essas sentenças diferentes expressam — digamos, acreditar em uma enquanto não tem disposição para [acreditar que] a outra ou não acreditar que a outra.

Esta seria a intuição ou evidência em favor dos fregeanismos. *Aparentemente* o

Enigma de Pierre mostra que **CF** e **RF** devem estar errados, quando na verdade, sugere Taschek, o enigma apenas descarta uma forma de compreender os sentidos fregeanos: como descrições definidas. Como ele observa na terceira nota de rodapé (*Ibidem*, 1988, p. 100):

Agora, tudo que sabemos sobre sentidos [...] é que eles são características semânticas objetivas, distintas dos seus referentes, e responsáveis pelas mudanças relevantes no conteúdo informacional e falha de substituição. [...] Mas descritivismo não é a única opção ao teórico do sentido. O ponto é que uma proposta em *particular* [...] pode adequadamente falhar em explicar o fenômeno que ela procura explicar. O que teríamos mostrado em tal caso não é que a noção de sentido é explanatoriamente vazia, mas que uma certa concepção detalhada do que sentidos devem ser está errada.

A intuição fregeana permanece dando suporte aos desenvolvimentos de teorias fregeanas para os relatos de atitude. Permanece a ideia de que há uma clara distinção cognitiva relacionada às sentenças. Mas permanece o mistério de como explicar a diferença “em seus significados cognitivos” diante de “sentenças diferentes” via essas “características semânticas objetivas”. Como eu havia mencionado, a defesa das mesmas condições de verdade para as sentenças “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” — nos casos em que “ $a = b$ ” é verdadeira — parece comprometer Kripke a defender que relatos de atitudes proposicionais e atitudes proposicionais apresentam relações entre sujeitos e proposições russellianas. Mas de fato Kripke (1980, pp. 20-21) não se comprometeu em dizer isso:

Alguns críticos das minhas doutrinas, e alguns simpatizantes, parecem tê-las lido como afirmando, ou pelo menos implicando, uma doutrina da substituíbilidade universal dos nomes próprios. Uma tal afirmação equivaleria a dizer que uma sentença contendo “Cícero” expressa a mesma “proposição” com uma correspondente contendo “Túlio”, que acreditar na proposição expressa por uma é acreditar na proposição expressa pela outra, ou que elas são equivalentes para todos os efeitos semânticos. Russell parece ter defendido uma perspectiva deste gênero para os “nomes logicamente próprios”, e trata-se de uma perspectiva que parece adequar-se bem a uma concepção puramente “milliana” do nomear, em que apenas o referente do nome contribui para aquilo que é expresso. Mas eu nunca tive a intenção de ir tão longe (nem Mill, tanto quanto sei). Minha perspectiva de que sentença em [português] “Héspero é Fósforo” às vezes pode ser usada para levantar uma questão empírica, enquanto “Héspero é Héspero” não poderia, mostra que não trato as sentenças como se fossem completamente intermutáveis. Além disso, indica que o modo de fixar a referência é relevante para a nossa atitude epistêmica em relação às sentenças. Como isto se relaciona com a questão de quais “proposições” são expressas por tais sentenças, se tais “proposições” são os objetos de conhecimento e crença, e em geral, como tratar nomes em contextos epistêmicos são questões complicadas.

É por esse motivo que não podemos tirar nenhuma conclusão sobre o princípio de

substituição *salva veritate*, nós simplesmente ainda não sabemos como aplicá-lo corretamente nos casos de atitudes proposicionais. É um erro culpá-lo de forma tão apressada. Kripke termina o parágrafo dizendo (1980, p. 21):

Eu não tenho uma “doutrina oficial” sobre elas, e, de fato, não tenho certeza se o aparato das “proposições” não colapsa nesta área. Por isso eu evitei tais questões; nenhuma doutrina firme sobre isso deveria ser lida nas minhas palavras.

Que nomes próprios são intersubstituíveis em contextos aléticos parece bastante claro, mas como eles se comportam em contextos epistêmicos é um mistério (KRIPKE, 1979, p. 247):

A aparente falha de nomes codesignativos serem intersubstituíveis em contextos de crença permanece um mistério, mas o mistério não parece mais tão claramente argumentar a favor de uma visão fregeana em oposição a uma milliana. Nem diferentes sentidos públicos, nem diferentes sentidos privados peculiares a cada falante explicam o fenômeno a ser explicado. Então, a aparente existência de tal fenômeno não dá mais, *prima facie*, um argumento para tais sentidos diferentes.

Como penso já ter deixado claro, o problema do conteúdo da crença (ou o comportamento de proposições em contextos de crença) parece-me essencial. Penso que não por acaso a filósofa Marcus (1981) postulou um “princípio racional” guiando as crenças dos sujeitos e Richard (1990) foca parte de seu livro argumentando a favor de uma tese em filosofia da mente. Os dois trabalhos percebem tais implicações para o estatuto das discussões sobre os relatos de atitude proposicional.

Considerando a proposta desta monografia, é interessante olhar, pelo menos de forma panorâmica, para uma proposta mais contemporânea que considera essas questões e como ela resolveria os enigmas propostos por Kripke.

4.1 Mark Richard e as Matrizes Anotadas Russellianas

Começo com a seguinte citação (RICHARD, 1990, p. 170):

Na perspectiva que eu estou defendendo, a ideia de que existe alguma coisa que é a proposição na qual Reagan está pensando é literalmente correta, mas um pouco enganosa. É literalmente correta porque existe alguma coisa que “que Reagan está pensando” nomeia — a RAM de que Reagan está pensando. É um engano pernicioso porque ela sugere que uma atitude proposicional como “Nancy acha que Reagan está pensando” simplesmente diz que Nancy tem este mesmo objeto “em seu conhecimento psicológico”.

Aqui precisamos esclarecer duas coisas: o que é uma RAM²⁰ que uma cláusula-q está expressando e o que Richard quer dizer com “em seu conhecimento psicológico”. Quando pensamos no discurso direto, parece bem claro que as proposições russellianas são ótimas candidatas para representar o que está sendo comunicado. Por exemplo, as sentenças “Vênus está brilhando” e “Fósforo está brilhando” parecem apresentar o mesmo estado de coisas: <estar brilhando, Vênus>²¹. Nessa perspectiva, os próprios objetos, propriedades e relações compõem a proposição (russelliana). Isto está de acordo com alguns avanços da lógica modal apresentados por Saul Kripke em seu livro de 1980: duas sentenças declarativas contendo nomes correferenciais apresentam exatamente o mesmo objeto, mas sem o intermédio de qualquer coisa como descrições definidas ou sentidos fregeanos. Então, parece que para a correção de qualquer sentença declarativa contendo nomes, as únicas coisas relevantes são o referente e as propriedades e relações apresentadas pela sentença.

Richard (1990, p. 109) esquematiza do seguinte modo o que são proposições russellianas e como elas se relacionariam com as atitudes proposicionais:

i. Proposições são entidades estruturadas.

ii. O conteúdo de um nome próprio comum, como “Mont Blanc” ou “Mark Twain”, é simplesmente seu referente. Ou, pelo menos, o conteúdo de um nome é simplesmente uma função do que ele refere; assim, nomes correferenciais não diferem em conteúdo. Russellianos têm uma perspectiva similar do conteúdo dos usos de demonstrativos e termos indexicais: seus conteúdos, também, são simplesmente uma função do que eles referem.

iii. A perspectiva atribui conteúdos para outras expressões de uma maneira amplamente russelliana — propriedades e relações (ou talvez funções proposicionais de Russell) para predicados, operações lógicas ou relações para operadores lógicos, e assim por diante.

iv. Para a perspectiva, verbos de atitude como “acredita” nomeiam relações de dois lugares entre indivíduos e proposições russellianas; um relato de atitude é um relato da relação que um indivíduo tem com uma proposição nomeada pela cláusula-q.

²⁰ Acrônimo para *Russellian Annotated Matrices* (matrizes anotadas russellianas).

²¹ Esse par ordenado simboliza uma proposição russelliana; portanto, deve ser entendido não como uma expressão linguística, mas como indicando a *propriedade* estar brilhando e o *planeta* Vênus.

Tudo parece correr muito bem para essa posição quando estamos fora do escopo dos verbos de atitude, mas bastam casos simples dentro deles para mostrar que ela é problemática. É o caso de “Vésper” e “Fósforo”: por mais que os dois nomes se refiram ao mesmo objeto no céu, alguém que acredita que Fósforo é um planeta pode não acreditar que Vésper é um planeta. Acontece que a perspectiva russelliana sobre a função das cláusulas-q (item iv) parece validar a passagem de uma crença para outra, uma vez que o relato está simplesmente apresentado a relação entre um sujeito e uma proposição (que é a mesma nos dois relatos): <ser planeta, Vênus >. Mas toda a discussão feita até aqui mostrou a plausibilidade da diferença cognitiva que duas sentenças podem vir a apresentar, enquanto mostrou a implausibilidade da atitude ser a relação com uma proposição russelliana. O mais sensato, pelo menos é o que é defendido aqui, é dizer que a cláusula-q não expressa puramente uma proposição russelliana (RICHARD, 1990, p. 107):

O modo mais adequado de organizar os detalhes desta perspectiva faz o conteúdo de uma expressão — o que ela contribui para as proposições nomeadas pelas cláusulas-‘que’ (cláusulas-q) — uma combinação da expressão ela mesma e seus valores referenciais. Num sentido superficial, então, a explicação do conteúdo que eu darei é um compromisso entre uma explicação amplamente referencial e uma explicação linguística.

Defende-se o seguinte: a cláusula-q “que Vênus é um planeta” apresenta duas coisas: (a) seus constituintes russellianos e (b) suas expressões da linguagem natural. As duas podem ser respectivamente representadas como:

(21) <ser planeta, Vênus>

(22) <‘é um planeta’, ‘Vênus’>

Colocando as duas representações juntas, nós temos o que Richard chamou de matrizes anotadas russellianas, ou RAMs (*Russellian Annotated Matrices*). Elas não apresentam apenas proposições russellianas, mas uma mistura destas com seus representantes linguísticos presentes na cláusula-q:

(23) <<‘ser um planeta’, ser planeta>, <‘Vênus’, Vênus>>.

Chamamos cada par ordenado de uma “anotação”. Segundo Richard, essa seria uma

forma mais detalhada de individuar proposições.

Do ponto de vista do sujeito, também existem tais RAMs, a diferença é que elas não são constituídas por expressões linguísticas, mas por representações mentais. Vamos considerar por um momento o fenômeno da nomeação.²² Um nome é inserido dentro de uma língua para nomear alguma coisa, formando assim o primeiro elo de uma possível cadeia causal, como foi defendido por Kripke (1980). O nome é passado de sujeito para sujeito dentro da comunidade de falantes e cada uso corresponde a uma ocorrência do nome em questão. O que torna cada ocorrência do nome uma ocorrência *do mesmo nome*, isto é, do mesmo tipo (*type*), é que cada uso está ligado ao mesmo momento de batismo. É por esse motivo que podemos dizer que uma ocorrência do nome “Sócrates” ligada ao jogador de futebol não é uma ocorrência do nome “Sócrates” ligada ao filósofo: cada nome está ligado a um momento de batismo distinto. O tipo-Sócrates-filósofo e o tipo-Sócrates-jogador geram grupos de ocorrências distintos entre si, nesse sentido, cada grupo representa uma coisa distinta da outra.

Para Richard, um sujeito tem uma relação de crença com uma proposição se, e somente se, ele estabelece essa relação através de uma representação mental em sua mente. A estrutura dessa representação mental é, para Richard, muito semelhante à estrutura gramatical da linguagem usada pelo sujeito, de forma que há um espelhamento entre os componentes estruturais da sentença pública e os da “sentença” mental. Então quando alguém tem uma crença, ela é, em sua vida mental, constituída por elementos mentais — elementos “muito parecidos com seus correlatos gramaticais”.

Considerando isso, o que Richard tenta fazer é apresentar o Sistema Representacional (SR) — conjunto de todas as “sentenças” mentais do sujeito — do sujeito funcionando mais ou menos desta forma quanto a distinção *tipo-ocorrência*: existem várias ocorrências mentais de algo muito parecido com o nome “Sócrates” na vida mental do sujeito. Agora, o que faz com que cada ocorrência mental seja considerada, pelo sujeito, como ocorrência de um nome do mesmo objeto? Diferente da explicação para a linguagem pública, que considerava apenas o fato de estar ligada a um momento de batismo, existe um elemento subjetivo a ser considerado: a capacidade que o sujeito tem de reconhecer aquela ocorrência mental como sendo uma ocorrência do mesmo tipo. Por exemplo, digamos que o sujeito separa as

²² Daqui em diante usarei a distinção tipo-ocorrência (*type-token*). A distinção é bastante intuitiva e usada por nós cotidianamente, por exemplo, quando duas pessoas dizem ter lido o mesmo livro, mas cada uma leu um exemplar distinto em mãos. Quando dizemos que o mesmo livro foi lido, estamos falando livro-tipo; quando dizemos que dois exemplares do mesmo livro foram lidos, estamos falando do livro-ocorrência. A discussão que se segue aplica a distinção tanto a nomes próprios quanto a representações mentais.

ocorrências mentais de “Sócrates” em dois grupos: A e B. Para ele, o Sócrates do grupo A não é o Sócrates do grupo B, pois os dois grupos são gerados por tipos diferentes. É como o caso do *Sócrates-filósofo/Sócrates-jogador*. Cada nome próprio aprendido pelo sujeito, isto é, os nomes que vêm da linguagem pública através da cadeia causal, passa pelo critério de reconhecimento até entrar em um grupo de ocorrências do mesmo tipo ou construir um novo grupo. Assim, para cada falante x , t e t' são ocorrências mentais equivalentes se, e somente se, t e t' são do mesmo tipo representacional para x e x os usa como se nomeassem a mesma coisa.

Uma RAM no SR do sujeito tem a mesma aparência que as RAMs expressas através da linguagem. Quando um sujeito tem uma crença, ele está numa relação psicológica com os constituintes mentais mais as coisas denotadas por tais constituintes: $\langle \langle \text{'é um planeta'}, \text{ser um planeta} \rangle, \langle \text{'Vênus'}, \text{Vênus} \rangle \rangle$.

Outra coisa importante para a boa aplicação do tratamento de Richard é a interpretação que ele dá para os verbos de atitude. Quando um relato de atitude é feito, não se deve pensar que o sujeito tem uma relação com a RAM expressa pela cláusula- q contida no relato. A RAM denotada pela cláusula- q não varia: ela é simplesmente uma construção envolvendo as partes linguísticas do relato e os referentes dessas partes linguísticas. Portanto, quando se diz que João acredita que Cícero é careca, não se está com isso dizendo que ele, ali no seu SR, retém RAM $\langle \langle \text{'é careca'}, \text{ser careca} \rangle, \langle \text{'Cícero'}, \text{Cícero} \rangle \rangle$. Na verdade, o verbo “acreditar” é sensível ao contexto, e os relatos de atitude devem preservar as intenções e os interesses dos falantes envolvidos. Existe uma função de correlação f , que correlaciona cada anotação (cada par ordenado) da cláusula- q com suas respectivas anotações em alguma RAM do SR do sujeito.

Se alguém relatando que João acredita que *Vênus* está brilhando tem como intenção de dizer que João tem o correlato de “Vênus” em seu SR, então esse é um contexto no qual a anotação $\langle \text{'Vênus'}, \text{Vênus} \rangle$ na RAM determinada pelo nosso relato deve estar correlacionada com $\langle \text{'Vênus'}, \text{Vênus} \rangle$ em alguma RAM no SR de João. O que pode ser representado como:

João: $\langle \text{'Vênus'}, \text{Vênus} \rangle; \{ \langle \text{'Vênus'}, \text{Vênus} \rangle \}$.

Ou, de forma abreviada:

João: $\text{'Vênus'} \rightarrow \text{'Vênus'}$

A RAM

(24) $\langle\langle\text{'está brilhando'}, \text{estar brilhando}\rangle, \langle\text{'Vênus'}, \text{Vênus}\rangle\rangle$

Denotada pela cláusula- q representa corretamente uma RAM no SR do sujeito se, e somente se, a função f correlaciona cada anotação presente em (24) às respectivas anotações presentes em alguma RAM do SR do sujeito sob aquele contexto (João: $\text{'Vênus'} \rightarrow \text{'Vênus'}$).

Agora, pode ser que o relato usando “Vênus” tenha a intenção de representar “aquilo ali” para o sujeito apontando para Vênus. Assim, embora o sujeito não encaixe a ocorrência mental *Vênus* entre as ocorrências mentais que ele usaria para falar de Vênus, o relato (25) abaixo ainda poderia ser dito verdadeiro, pois ele estaria operando sob o contexto

João: $\text{'Vênus'} \rightarrow \text{'aquilo ali'}$.

(25) João acredita que Vênus está brilhando.

Mas (25) seria falso — isto é, não representaria corretamente a crença do sujeito — caso o relato operasse sob o contexto

João: $\text{'Vênus'} \rightarrow \text{'Vênus'}$.

Pois estamos sob a consideração de que não existe tal ocorrência mental determinando o mesmo objeto para o sujeito (RICHARD, 1990, p. 140):

Tomado um contexto — chamado c —, um relato da forma t acredita que S é verdadeira sse a RAM determinada (em c) por *que* S representa uma RAM no sistema representacional nomeada por t (em c), sob uma correlação que obedece a todas as restrições operacionais em c . Ou, de modo mais informal, um relato é verdadeiro sse a RAM *que* S representa uma das RAMs de t , dadas as restrições contextuais sobre correlações.

4.2 A solução de Richard para os enigmas de Pierre e Paderewski

Considerando o que foi exposto acima, fica simples imaginar como Mark Richard tenta solucionar os dois enigmas. Para lembrar, o Enigma de Pierre conduz aos dois relatos:

(26) Pierre acredita que Londres é bonita.

(27) Pierre acredita que Londres não é bonita.

Os dois relatos acima, tomados conjuntamente, parecem afirmar que Pierre aceita uma contradição, algo como “Pierre acredita que Londres é e não é bonita”. Ao mesmo tempo, dadas as circunstâncias apresentadas por Kripke, os dois relatos parecem perfeitamente corretos. Como isso pode acontecer? Existe mesmo uma forma de tomar os dois relatos como conjuntamente verdadeiros, mas sem que nosso relato acuse Pierre de acreditar numa contradição. Basta considerar o contexto e a representação que Pierre tem em suas RAMs.

O contexto na França colocará a restrição:

Pierre: “*Londres*” → “*Londres*”.

Em Londres, a restrição:

Pierre: “*London*” → “*London*”.

Mas não existe um contexto no qual as seguintes restrições ocorram:

Pierre: “*Londres*” → “*London*” ou

Pierre: “*London*” → “*Londres*”.

A conjunção:

(28) Pierre acredita que Londres é bonita e Pierre acredita que Londres não é bonita

se interpretada com apenas uma restrição operando, independentemente de qual escolhermos, sempre tornará um relato verdadeiro e o outro falso, pois este será um caso em que nosso relato diz que Pierre, em seu SR, representada a mesma coisa sob os termos “*Londres*” e “*London*”. A conjunção pode ser verdadeira apenas quando interpretada operando com as duas primeiras restrições, assim quem relata (28) tem a intenção de dizer há duas RAMs

sendo representadas pelos relatos e não apenas uma, como tendemos a pensar.

O Enigma de Paderewski é semelhante. Vamos chamar as ocorrências mentais *Paderewski-político* e *Paderewski-músico* de P_p e P_m , respectivamente. Ambos são ocorrências de tipos diferentes para Peter, o agente da crença, eles representam coisas distintas dentro de seu SR. Então não existe problema na conjunção entre (29) e (30) abaixo:

(29) Peter acredita que Paderewski tem talento musical

(30) Peter acredita que Paderewski não tem talento musical.

O que está acontecendo é, quando tomados numa conjunção, um relato das crenças de Peter sob duas restrições distintas:

Peter: “Paderewski” $\rightarrow P_p$

Peter: “Paderewski” $\rightarrow P_m$.

É assim que Richard tenta solucionar os dois enigmas apresentados por Kripke.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As implicações para os tratamentos que se fundamentam em Frege são as seguintes. Os enigmas de Kripke mostraram que é pouco plausível pensar que os sentidos fregeanos devam ser compreendidos como descrições definidas. Ao mesmo tempo, ficou concedida (e filósofos nunca discordaram nesse ponto) a mudança cognitiva que um sujeito pode ter diante de duas sentenças contendo nomes correferentes. Considerando isso, os teóricos devem conseguir esclarecer pelo menos estas três coisas: (a) como individuar conteúdos de crenças em termos de sentidos, (b) como lidar com a descitação: não existe o conteúdo sendo descitado, então o relato não consegue representar aquilo que pretende e (c) o que são sentidos, uma vez que não possuem a forma de descrições definidas.

As implicações para os teóricos das proposições russellianas são as seguintes. Considerando não apenas os relatos de atitude, os conteúdos das crenças, me parece que as principais questões são: (d) como é possível um sujeito ter uma atitude com a mesma proposição singular e não se dar conta disso, isto é, ter consciência de uma, mas não da outra, uma vez que se trata do mesmo estado de coisas, (e) deve explicar nossa forte intuição de que o sujeito tem duas crenças distintas quando está diante de dois nomes correferentes.

A solução apresentada por Richard é extremamente engenhosa. Ela não se limita à Filosofia da Linguagem, mas também caminha pela Filosofia da Mente. Por isso foi possível a ele focar não apenas no conteúdo russelliano, mas no modo como os sujeitos estruturam suas crenças. Além disso, Richard incorpora à sua solução uma das lições apresentadas pelos enigmas de Kripke: a necessidade de considerar os aspectos pragmáticos dos relatos. Tratar os verbos de atitude como indexicais possibilitou que as cláusulas-q não tivessem um conteúdo representacional fixo, mas um que fosse sensível ao contexto. Daí, a solução aos enigmas de Kripke. Fazendo isso, ele acaba por se livrar do problema (b), (d) e (e). A imagem é, pelo menos para mim, muito atrativa, mas alguns elementos pedem mais atenção, principalmente alguns relacionados à Filosofia da Mente e teoria causal a seguir.

Por exemplo, é necessário esclarecer como funciona a divisão *tipo-ocorrência* na mente de um sujeito e o que seria exatamente aquela condição interna chamada “condição de reconhecimento” cujas representações ela unifica. Embora a divisão pareça bastante intuitiva, a explicação pede por uma teoria filosófica mais sofisticada do aquela esboçada no livro.

Sobre a teoria causal: Richard afirma que um nome é *o mesmo nome* se ele nomeia o mesmo objeto e o nome faz parte da mesma cadeia causal. No entanto, o segundo elemento dessa conjunção é dispensável. Digamos que duas pessoas, em momentos diferentes,

batizaram o mesmo objeto através do nome “Pedro”. Cada momento de batismo produziu uma cadeia causal diferente, mas ninguém, ao descobrir que os dois nomes falam do mesmo sujeito, afirmaria que esses eram nomes distintos. Apenas o primeiro elemento da conjunção é necessário para que os nomes sejam considerados o mesmo nome.

À parte isso, a teoria desenvolvida por Mark Richard é muito promissora na resolução dos Enigmas de Kripke e de Frege: o problema era determinar o conteúdo das crenças de Pierre e Peter sem que caíssemos em uma crença refletidamente contraditória por parte dos sujeitos. Por mais que eles sustentem crenças que se excluem mutuamente — determinado objeto ter e não ter a mesma propriedade —, eles não podem ser acusados de refletidamente acreditarem em uma contradição, visto que utilizam tipos mentais distintos na construção das suas crenças.

De modo mais geral, os enigmas propostos por Saul Kripke mostram que explicações sobre o conteúdo semântico das sentenças não são suficientes para construir uma boa teoria sobre as atitudes proposicionais e que a depender do que se entende por “conteúdo proposicional”, tais coisas não devem ser consideradas o conteúdo das atitudes. Além da explicação semântica, uma boa teoria pragmática dos princípios (seja para negá-los) que regulam usos de sentenças e nomes parece ser necessária. Perceber que há princípios, como a descitação, subjacentes às nossas práticas linguísticas também é um passo fundamental para qualquer teoria dos relatos de atitude.

REFERÊNCIAS

- AHMED, Arif. *Saul Kripke*. Londres: Continuum, 2007.
- BRANQUINHO, João. Crença de re. In: BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 219-222.
- FREGE, Gottlob. Os Fundamentos da Aritmética. In: *Coleção Os Pensadores*. Trad. Luís Henrique dos Santos. São Paulo: Abril Cultura, 1974, pp. 199-278.
- _____. Sobre o sentido e a referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. 2.ed. rev. e amp. São Paulo: EDUSP, 2009, pp. 129-158.
- GALVÃO, Pedro. Proposição geral/singular. In: BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N. G. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006, pp. 632-633.
- KRIPKE, Saul A. A Puzzle About Belief. In: *Meaning and Use*. Dordrecht: Reidel, 1979.
- _____. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.
- _____. *O Nomear e a Necessidade*. Trad. Ricardo Santos e Teresa Filipe. Lisboa: Gradiva, 2012.
- MARCUS, Ruth Barcan. A Proposed Solution to a Puzzle about Belief. *Midwest Studies in Philosophy*, v. 6, nº 1, pp. 501-510, 1981.
- RICHARD, Mark. *Propositional Attitudes: An Essay on Thoughts and How We Ascribe Them*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- RUSSELL, Bertrand. Da denotação. In: *Coleção Os pensadores*. Trad. Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultura, 1978, p. 3-14.
- SOSA, David. The Import of the Puzzle About Belief. *The Philosophical Review*, vol. 105, no. 3, pp. 373-402, 1996.
- TASCHEK, William. Would a Fregean Be Puzzled by Pierre?. *Mind*, vol. 97, no. 385, pp. 99-104, 1988.
- FITCH, Greg; NELSON, Michael. Singular Propositions. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Stanford: Stanford University, 2013. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/propositions-singular/>>. Acesso em: 19 de nov de 2022.